

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARINA DE QUADROS POSTALI

PELO DIREITO DE DIZER EU:
EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS

CHAPECÓ

2022

MARINA DE QUADROS POSTALI

**PELO DIREITO DE DIZER EU:
EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Machado

Coorientador: Prof. Dr. Vicente Ribeiro

CHAPECÓ

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Postali, Marina de Quadros

Pelo direito de dizer eu: Epistemologias feministas e narrativas historiográficas / Marina de Quadros Postali. -- 2022.

57 f.

Orientador: Doutor Ricardo Machado

Co-orientador: Doutor Vicente Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2022.

1. Epistemologias feministas. 2. Narrativas. 3. Historiografia. 4. Sandra Harding. 5. Donna Haraway. I. Machado, Ricardo, orient. II. Ribeiro, Vicente, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

MARINA DE QUADROS POSTALI

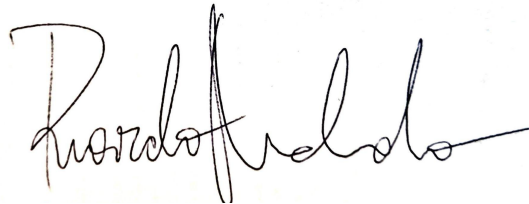
PELO DIREITO DE DIZER EU

EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E NARRATIVAS HISTORIOGRÁFICAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 15/07/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Ricardo Machado – UFFS
Orientador

Prof. Dr. Vicente Ribeiro – UFFS
Coorientador

Prof^ª. Dra. Ilze Zirbel – CESUSC
Avaliadora

Prof^ª. Dra. Daiane Vaiz Machado – UNESP
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Mariel. Mulher. Forte. Inteligente. Incrível. Com você a vida tem mais amor. Privilégio estar perto para dançarmos valsa na cozinha ao som de Vila do Sossego. Agradeço a minha irmã, Mariá, cuja conexão de almas é além daquilo que podemos explicar, apenas sentir e ser. A minha avó, Veloni, que da sua maneira borda todo o amor que sente, além de artesã da melhor polenta do mundo. A vocês, mulheres da minha vida, minha base, raiz e porto: todo meu amor e gratidão. Ao meu irmão “gêmeo”, Marco Aurélio e meu afilhado Miguel, que tanto amo, também agradeço por tê-los em minha vida.

Agradeço ao meu avô Vilder, pessoa que personifica o significado do que é o amor. Um homem incrível, bondoso e generoso. O Sr. faz tanta falta. Te amo incondicionalmente e sempre amarei, independente de onde estiver.

As minhas primas, Michele, Mariele, Luciane e Liliane. Obrigada pela relação de cumplicidade e amizade que construímos com tanto amor, carinho, gritaria e assuntos bem duvidosos. Vocês são fundamentais na minha vida.

Aos meus bons amigos que a história, mais especificamente a História do Brasil me trouxe, Matheus Borda e Victória Secrets. Obrigada por tudo que vivemos e compartilhamos dentro das alegrias e angústias acadêmicas e pessoais. Tenho orgulho e admiração pelas pessoas e profissionais incríveis que são e que serão.

Ao Wesley, que sempre se dispôs aprender sobre Inquisição, até mesmo enquanto jogávamos sinuca.

Aos meus amigos que Chapecó trouxe, Guilherme e Jaqueline. Dividir o cotidiano com vocês foi uma experiência incrível. Cada um à sua maneira peculiar. Me sinto privilegiada em tê-los e, sempre, sempre haverá tempo para um café da hora.

A minha amiga Yasmin, que amo, respeito e zelo de tal forma que já se passaram 20 anos de amizade. Continuamos e continuaremos.

A minha amiga Sheila, que admiro e guardo imenso carinho por tudo que vivemos e viveremos, inclusive os passeios mais sórdidos. Agradeço por tudo que me ensinou.

A minha amiga Marta e sua família, que me acolheram com todo o carinho em Chapecó. Obrigada por tudo!

Ao meu professor e orientador, Dr. Ricardo Machado. Intelectual e pessoa que me inspira e que me faz projetar querer ser. Obrigada por toda compreensão e paciência com os surtos acadêmicos e por todas as contribuições e auxílios para que este trabalho pudesse chegar ao fim.

Às professoras Dra. Renilda Vicenzi e Dra. Claudete Soares, vocês são mulheres e profissionais incríveis. Agradeço por todos os ensinamentos, as trocas compartilhadas, as risadas. Vocês, com certeza, me ajudaram a ser uma pessoa melhor. Ao professor Dr. Renato Boy, cuja integridade e postura profissional são exemplares e dignas de um "Superboy", obrigada por me fazer gostar, pelo menos um pouco, de medieval. Ao professor Dr. Délcio Marquetti, sua espontaneidade transforma aulas e vidas, agradeço por tanto.

Por fim, agradeço a todas e todos que, antes de mim, se esforçaram à sua maneira para que o mundo fosse um lugar melhor para nós, mulheres.

Caxias do Sul, 15 de junho de 2022

São muitas as dificuldades que se apresentam para as que ousam se enveredar pelos estudos das mulheres em sociedade, pois trata-se de terreno minado de incertezas, saturado de controvérsias moveiças, pontuado de ambiguidades sutis que é preciso discernir, iluminar, documentar, mas que resistem a definições. Trata-se de um domínio inóspito para quem sofre de ansiedade cartesiana, já que mais cabe ao pensamento feminista destruir parâmetros herdados do que construir marcos teóricos muito nítidos. O tema pressupõe soterradas balizas epistemológicas tradicionais, como Sujeito humano universal, a Verdade, a Razão, que norteavam as Ciências Humanas no século passado (DIAS, 1992, p. 39).

RESUMO

A presente pesquisa pretende demonstrar que, apesar de todas as transformações ocorridas dentro da percepção teórica e metodológica da historiografia, a narrativa historiográfica permanece reproduzindo estruturas de escrita oriundas de tradições marcadamente androcêntricas. A partir das sólidas fundamentações epistemológicas construídas por um corpo canônico masculino, das quais compreendiam a produção do conhecimento científico com base na eliminação total da subjetividade do sujeito pesquisador, bem como sua parcialidade, a hipótese central do trabalho está nas contribuições de epistemologias feministas enquanto uma forma de pensar a escrita da história que não perpetue os padrões masculinistas que orientam a forma que damos a história. Reconhecendo a pluralidade de teorias epistemológicas feministas, opto especificamente pelas contribuições de Donna Haraway, no que se refere a ideia de conhecimento situado, e Sandra Harding, pensando a *standpoint theory* enquanto uma forma de democratização de conhecimento, tomando como ponto de vista de sujeitos situados à margem, enquanto um privilégio epistêmico. Para tanto, a partir de uma revisão teórico e bibliográfica, analisarei o processo histórico da narrativa dentro da historiografia, partindo das influências positivistas do século XIX até as contribuições de Hayden White, bem como trazer aspectos históricos que indiquem a invisibilidade feminina dentro da constituição historiográfica. Em seguida, trarei os aspectos teóricos que compõe a epistemologia feminista das duas autoras já mencionadas e a compreensão da política de identidades, pensando quais são os sujeitos situados em localização de opressão.

Palavras-chave: Narrativa historiográfica; epistemologia feminista; Sandra Harding; Donna Haraway.

ABSTRACT

The present research intends to demonstrate that, despite all the transformations that have taken place within the theoretical and methodological perception of historiography, the historiographical narrative continues to reproduce writing structures originating from markedly androcentric traditions. From the solid epistemological foundations built by a male canonical body, which comprised the production of scientific knowledge based on the total elimination of the subjectivity of the researcher, as well as its partiality, the central hypothesis of the work is in the contributions of feminist epistemologies as a way of thinking about the writing of history that does not perpetuate the masculinist patterns that guide the way we give history. Recognizing the plurality of feminist epistemological theories, I opt specifically for the contributions of Donna Haraway, with regard to the idea of situated knowledge, and Sandra Harding, thinking of standpoint theory as a form of democratization of knowledge, taking the point of view of situated subjects as a point of view. on the sidelines, as an epistemic privilege. Therefore, from a theoretical and bibliographic review, I will analyze the historical process of the narrative within the historiography, starting from the positivist influences of the 19th century to the contributions of Hayden White, as well as bringing historical aspects that indicate the female invisibility within the historiographical constitution. . Then, I will bring the theoretical aspects that make up the feminist epistemology of the two aforementioned authors and the understanding of identity politics, thinking about the subjects located in a location of oppression.

Keywords: Historiographic narrative; feminist epistemology; Sandra Harding; Donna Haraway.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
2. HISTORIOGRAFIA E NARRATIVA NA HISTÓRIA: FORMAS DE CONTAR, FORMAS DE CORPORIFICAR	14
2.1. A historiografia sob guarda do androcentrismo: considerações históricas e críticas	14
2.2. Estruturalismo, pós-estruturalismo e narrativa	16
2.3. História e literatura, estruturas narrativas	19
3. EPISTEMOLOGIAS E OBJETIVIDADE FEMINISTA	25
3.1. A objetividade tem uma história?	30
3.2. Standpoint theory (Teoria da Perspectiva)	33
3.3. Instabilidades objetivas, limites e críticas necessárias	37
3.4. Políticas de identidade e pontos de vista: quais sujeitos estão situados?	40
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

Eu.

Durante toda a graduação, foram pouquíssimos ou até inexistentes artigos e demais trabalhos acadêmicos que li em primeira pessoa do singular. Sua utilização é comumente associada às trivialidades rotineiras, não aos textos acadêmicos. Da mesma forma que imagino causar certa estranheza ao/a leitor(a), devo admitir que em mim também causa ao escrever. O mais conhecido “nós”, que assemelha abranger toda a comunidade científica presente no referencial bibliográfico, me parece um local muito mais confortável, ainda que a primeira página do trabalho entregue notadamente a sujeita que vos escreve. O “eu”, no entanto, corporifica a escrita e faz com que a responsabilidade recaia sobre meu conjunto de proposições e ideias de maneira muito mais direta.

Isso me faz recordar de uma passagem escrita pela filósofa Linda Alcoff onde argumenta que, “quando nos sentamos para escrever, experienciamos a nós mesmos enquanto fazemos escolhas, podemos sentir a hesitação do medo de ser criticada, ou podemos experimentar uma solução para falar apesar dos obstáculos existentes” (2020, p. 417)¹. Michel de Certeau, sobre o uso do “nós”, concebe enquanto uma convenção entre os pares, a encenação de um contrato social feito pelos historiadores², ou também um sujeito plural que dá sustentação ao discurso. Desta forma, permite a substituição de “pretensões subjetivas a positividade de um lugar onde o discurso se articula sem reduzir-se a ele” (2013, p. 71).

Para o desenvolvimento deste trabalho, portanto, adianto que transito entre as “primeiras pessoas”, tanto do singular, quanto do plural. Compreendo que ao mesmo tempo que sou individual, comungo de experiências compartilhadas com outras mulheres, e tão importante quanto, também considero e afirmo que as estruturas de opressão podem nos afetar de maneiras consideravelmente diferentes.

Partir da primeira pessoa não representa exclusivamente um ato de transgressão das tradições de linguagem academicistas³ ou da escrita analítica da historiografia. Mais do que isso, está relacionado com a importância e necessidade de desenvolver uma postura ética de reconhecimento da localização social e histórica que ocupo enquanto pesquisadora,

¹ Extraído e adaptado do artigo intitulado “*The Problem of Speaking for Others*”, cedido pela autora para tradução ao português, (DA SILVA SILVA et al., 2020).

² Ao longo do trabalho utilizarei “historiadores” enquanto uma referência ao ofício de modo geral. Contudo, reconheço que seu uso não é neutro e assim, opto pela convenção linguística ao trazê-lo.

³ Trabalhos já desenvolvidos por intelectuais feministas, como o caso da filósofa brasileira Lélia Gonzalez e a norte-americana Gloria Anzaldúa, também propõem uma insurgência contra a gramática normativa, utilizando em suas escritas aspectos dos legados linguísticos oriundos dos povos escravizados, no caso de Gonzalez, e do espanhol chicano, em Anzaldúa (RIBEIRO, 2019, p. 95).

considerando meus múltiplos aspectos identitários, como raça, gênero, classe e sexualidade, por exemplo⁴. Considero que sua relevância é traduzida principalmente ao desenvolver teorizações ou narrativas acerca de aspectos sociais, pois “quem está falando com quem acaba por ser tão importante para o significado e a verdade quanto o que é dito” (DA SILVA SILVA, 2020, p. 418). Em outros aspectos, também é possível entender como o reconhecimento de privilégios concedidos social e historicamente de acordo com a posição e localização do sujeito e do contexto discursivo. A partir disso, compreende-se de que maneira a ausência e/ou a presença destes privilégios podem interferir na validação de determinados discursos quando inseridos em ambientes institucionais com sólidas regras de legitimação.

Sou uma mulher feminista e quando me posiciono a partir desta escolha, a compreendo enquanto um compromisso “político, teórico e prático com a transformação da sociedade a partir de uma perspectiva antirracista, antissexista, antilesofóbica, anti-homofóbica, antitransfóbica e anticapitalista” (hooks, 2019, p.11). Encarar o feminismo apenas como um papel social, traduzido em um “estilo de vida” escolhido no “comércio” das identidades, unicamente colabora para reforçar os mecanismos de opressão, tal qual bell hooks nos alerta.

Enquanto historiadora em formação, reescrever histórias de mulheres sob abordagens de historiadoras e/ou teóricas feministas e de gênero sempre foi uma constante opção na minha trajetória pessoal e acadêmica. Parte de um ímpeto movido por acreditar na importância da luta política, parte por respeitar aquilo que desperta meu desejo de historiar. Escrever o que desejo é assumir que a minha subjetividade compõem as motivações que levaram optar pela escolha desse tema e que preenche de significado uma trajetória pessoal permeada de experiências atravessadas pela minha condição de mulher.

As experiências que me constituem, confrontam e frustram anseios por um ideal de liberdade do qual nunca pude usufruir plenamente e que nem acredito que viverei nesta existência. Partindo da simples possibilidade de andar à noite sozinha sem temer a morte ou a violência, até a possibilidade de ter direitos reprodutivos, como abortar uma gestação indesejada. As privações se emaranham numa complexa teia que abrangem desde as interferências das instituições estatais na vida privada, até as formas que compreendem o íntimo, como a maneira que me relaciono com meu próprio corpo. A trajetória acadêmica possibilitou reconhecer cada vez mais a intervenção restritiva manipulada por densos

⁴ O primeiro contato com a lógica de reconhecimento da perspectiva que considera aspectos identitários em termos interseccionais, foi a partir do livro “Lugar de Fala”, da filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2019). Suas análises partem de autoras como Patrícia Hill Collins e Linda Alcoff para repensarmos as formas de produção de conhecimento.

mecanismos de repressão e coerção. Agora, também procuro compreender de que forma essa teia abrange o campo da produção do conhecimento historiográfico.

Durante o percurso da graduação foi possível identificar que o *corpus* teórico dos quadros curriculares das disciplinas de Teoria e Metodologia da História contemplam, em sua quase totalidade, contribuições provenientes de um grupo com características marcadamente homogêneas, comumente associados aos cânones. Importante destacar que estas contribuições são fundamentais para estabelecer os paradigmas responsáveis por determinar os codificadores de práticas e discursos da história. O historiador, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, aponta que “a historiografia é um gênero narrativo que foi formulado por homens e destinado a ser lido por homens” (2019, p. 42). Se refere a um *corpus* mutilado que, por muito tempo, foi definido pela ausência de mulheres, crianças, loucos, pobres, todos aqueles cuja história não merecia ser contada.

Albuquerque Júnior também demonstra que, apesar de todas as mudanças provenientes do giro linguístico, como a pertinência de refletir acerca do papel da linguagem, da escrita e da narrativa no exercício de historiar; apesar de toda análise e denúncia da reprodução de padrões machistas e misóginos identificados pela literatura feminista, o ato da escrita, não tem de fato atingido especificamente a escrita da história. Desta forma, portanto, compreende-se que a maneira pela qual se fala do passado, a forma em que desenvolve-se uma estrutura narrativa e, dependendo das regras pelas quais se atém, continua-se reproduzindo a mesma lógica e a racionalidade masculina que produziu estas regras, ainda que se esteja discorrendo sobre mulheres ou discussões relacionadas. A recusa da poética e da metáfora se constituem como exemplos de estruturas narrativas pouco atrativas para a escrita da história, uma vez que estão mais próximas da escrita literária e, por conseguinte, atribuídas a ficção (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019).

Quando iniciei o texto permitindo que aspectos relativos à minha subjetividade pudessem transitar livremente por estas linhas, situando meu corpo cujas sensibilidades atravessadas considero partícipes da compreensão histórica, estou, conseqüentemente, ultrapassando limites impostos por uma noção de cientificidade herdada de tradições normativas do século XIX. Este foi um importante momento marcado pela institucionalização da disciplina história nos espaços de saber universitários, bem como pela delimitação dos recursos teórico-metodológicos que a assentaram em uma sólida fundação científica, estes dos quais foram apreendidos pela maior parte dos historiadores deste mesmo período (DASTON, 2017). A partir deste período, “o passado tornou-se definitivamente submetido às regras da racionalidade tornando-se, portanto, uma questão da ciência” (GUIMARÃES, 2000, p. 3).

O conhecimento histórico passou a ser subordinado por uma lógica de objetividade associada com imparcialidade e neutralidade do sujeito pesquisador⁵. A supressão total da subjetividade, o apagamento do “eu” e a renúncia de uma forma de escrita da história vívida e edificante, constituem alguns dos controles que compõem uma orientação metodológica positivista e, cujo protagonismo, foi marcado pelo historiador alemão Leopold von Ranke (DASTON, 2017).

Em Ranke, a história deve se ater principalmente às concretudes. O amor e a dedicação exclusiva à verdade compreendem um ofício preocupado em desvendar aquilo que realmente aconteceu. O apreço ao estudo minucioso e detalhado das fontes documentais era dedicada à apreensão do fato em seu estado legítimo. A prática criadora do fazer historiográfico necessita discernimento, integridade e, mais do que isso, imparcialidade para se narrar a verdade. É na noção de imparcialidade que reside a universalidade: ser imparcial é não demonstrar preferência por algum objeto em detrimento de outro, mas sim, exclusivamente pelo conhecimento puro e, conseqüentemente, inclinar-se para generalizações totalizantes e universais. Nesta forma de compreender a história, procura-se a elevação do historiador a fim de obter uma visão da essência dos elementos, não nos cabe julgar, tampouco determinar ou apontar erros e verdades, “nossa tarefa é penetrá-los até o fundamento de sua existência e apresentá-los com total objetividade” (RANKE, 2015, p. 211).

O recuo ao século XIX é fundamental porque marca o estabelecimento dos critérios que determinaram o que é considerado objetividade científica. Nestes termos, quanto mais afastado está o pesquisador de suas idiossincrasias, características, posições e afeições pessoais/individuais, maior o grau científico de suas pesquisas. Daston a denomina enquanto objetividade “aperspectivística”, cujo prefixo “a” que antecede o radical, indica a negação de perspectiva, ou seja, “visão de lugar nenhum” (2017). Isso vai ao encontro do que almeja Ranke, no desejo de elevar-se para adquirir uma visão pura da história, como se pudesse desprender do próprio corpo e, assim, eliminar as arestas da subjetividade responsáveis por uma narrativa histórica parcial e tendenciosa.

Se a história científica e profissional adquiriu seu status através da abstenção do corpo para maximizar a objetividade, priorizando o domínio dos protocolos de pesquisa, pode-se presumir que marcadores identitários sociais como o gênero não deveriam interferir

⁵ Importante destacar que a compreensão sobre os significados e a relação entre objetividade e imparcialidade encarada pelos historiadores do século XIX não era homogênea e unívoca. Por representarem importância central nos debates acerca do fazer historiográfico, as discordâncias eram constantes. Os sentidos de objetividade explicados no texto consideram o amplo aceite ocorrido na época, conforme explica a historiadora da ciência, Lorraine Daston (2017, p. 133).

na validação de produções historiográficas. Entretanto, a presença de mulheres nos espaços acadêmicos desvelou experiências de discriminação pautadas na diferença de gênero. Ainda que submetidas às mesmas regras de qualificação e desempenho, as mulheres historiadoras passariam a desenvolver questões particulares que não seriam respondidas pelos protocolos dos quais a disciplina fora fundamentada (OLIVEIRA, 2018).

No contexto acadêmico estadunidense da década 1970, analisado por Joan Scott, as historiadoras feministas passaram a questionar os critérios profissionais predominantes que, distante do almejado corpo amorfo, foram identificados enquanto a figura universal do homem historiador e branco. Os “guardiões” da história, então compreendiam e rotulavam as produções pautadas em considerações de gênero enquanto ideologia, uma combinação inapropriada de política com trabalho intelectual, que afastava o produto da história dos protocolos científicos realizados por meio de desinteresse, imparcialidade e afastamento do sujeito em relação ao seu objeto de estudo (SCOTT, 1992).

Neste sentido, Scott já alertava sobre “a condição ambígua da história das mulheres como espécie de suplemento inócuo à história geral” (1992, p. 75). Ambíguo pois, ao mesmo tempo que representa algo adicional e supérfluo a um corpo perfeitamente inteiro, indica uma substituição da ausência. Neste movimento de alocação da história das mulheres à história tradicional, é identificado pelas feministas pós estruturalistas que

As mulheres não podem ser adicionadas sem uma remodelação fundamental nos termos, padrões e suposições daquilo que passou para a história objetiva, neutra e universal no passado, porque essa visão da história incluía em sua própria definição de si mesma a exclusão das mulheres (SCOTT, 1992, p. 90).

Um exemplo se mostra através da história intelectual. Ela foi marcada expressivamente pela presença masculina e se constituiu como uma história de intelectuais homens, inserindo as contribuições de mulheres historiadoras da intelectualidade no nicho dos estudos de gênero e feminismo. A historiadora francesa Nicole Pellegrin nos diz que o silenciamento das produções historiográficas de mulheres impactam consideravelmente na própria concepção teórica da disciplina história, em termos de metodologia, escolha das fontes, temas a serem abordados e a forma que se dá à narrativa historiográfica (PELLEGRIN, 2016 apud OLIVEIRA, 2018). A história intelectual, portanto, pensada e construída a partir da ausência da categoria gênero, inclina-se para a reprodução de interdições e impedimentos que orientam a produção do conhecimento histórico.

Além disso, as relações de poder existentes no meio acadêmico, no interior da disciplina que legitimam o teor profissional dos trabalhos, impedem muitas vezes de questionar os pressupostos basilares que orientam estes protocolos de pesquisa, dos quais já estão solidamente estabelecidos e são continuamente reforçados pelos membros já considerados profissionais (SCOTT, 1992).

Importante destacar que, toda pesquisa historiográfica se relaciona a um local de produção político, cultural e socioeconômico. Ela se insere em meios de construção que possuem determinações próprias, como uma classe de letrados, por exemplo. Por estar situada nestes locais é que está submetida a imposições, vinculada a privilégios e “é em função deste lugar que se instauram os métodos que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 2013, p. 66).

Assim posto, através de uma revisão teórica e bibliográfica, neste trabalho pretendo refletir sobre os pressupostos teóricos-metodológicos que orientam especificamente a narrativa historiográfica, quando considero que, apesar de todos os movimentos subversivos propostos pelas mulheres historiadoras, de maneira geral, ainda submetemos a forma do discurso aos regimes do *corpus* canônico e “fálico”⁶ da historiografia tradicional. Uma vez que, fortemente marcada pelo distanciamento na relação entre sujeito e objeto de estudo, a construção de um discurso orientado pela neutralidade do sujeito e a escrita analítica, a hipótese central desta pesquisa está em partir das contribuições das epistemologias feministas, enquanto possibilidade de pensar a narrativa historiográfica de modo que não reproduza padrões patriarcais e eurocêtricos.

Para tal, no primeiro capítulo abordarei os aspectos históricos que abrangeram as transformações da forma narrativa dentro da historiografia, partindo do positivismo e historicismo do século XIX e a Escola dos *Annales*, apontando simultaneamente aspectos da invisibilização e apagamento da contribuição de mulheres. Posteriormente, tratarei das mudanças provenientes do pós estruturalismo e giro linguístico, momento importante de reflexão acerca do papel da linguagem, da narrativa e da escrita no ofício de historiador, bem como a relação entre história e literatura e estruturas narrativas.

O capítulo seguinte tratará acerca das epistemologias feministas⁷, especificamente acerca das contribuições de duas teóricas norte-americanas, Donna Haraway e Sandra Harding, cuja premissa basilar se remonta ao conceito de “conhecimento situado”. Em outras

⁶ A alusão ao falo é metafórica e parafraseia o capítulo “O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história”, do livro *O Tecelão dos Tempos*, de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019).

⁷ O uso do termo no plural é por reconhecer que, tal qual o feminismo não pode ser compreendido de maneira homogênea, as epistemologias feministas também são marcadas pelo caráter múltiplo.

palavras, reconhecer que o sujeito pesquisador, muito longe de ser imparcial e amorfo, está vestido de um corpo que ocupa um espaço e que, as posições às quais pertencem interferem na sua concepção de realidade e, conseqüentemente, no conhecimento que produz. Na medida em que se torna situado, o conhecimento deixa de ser imparcial para assumir que parte de uma visão parcial de mundo, proveniente de indivíduos pesquisadores cujo método científico não renega sua subjetividade, mas a entende como partícipe do processo.

Donna Haraway é formada em filosofia e doutora em biologia pela Universidade de Yale. Em suas obras, o diálogo entre as duas áreas de formação é facilmente percebido através do uso de metáforas, que incluem micróbios, quarks e genes (HARAWAY, 1995). Autora de diversas obras que caminham entre feminismo, tecnologia e ciência, Haraway oferece importantes contribuições para pensar as relações que se estabelecem entre estes aspectos considerando as constantes transformações inseridas no meio. Mulher, branca e estadunidense, situada temporal e espacial em seus escritos, reconhece a dimensão política de que parte⁸, sendo possível compreender que “tais marcas de suposta superioridade bailam em sua corporeidade, mas ela não as torna invisíveis” (MESSEDER, 2020, p. 166).

Sandra Harding, filósofa e professora da Universidade da Califórnia, abrange em suas áreas de estudo a epistemologia feminista, a pós-colonialidade, metodologia de pesquisa explorando sua relação com a luta pelos direitos das mulheres, também nestes ambientes notadamente masculinos. Dentre suas principais contribuições, destaco a tentativa de identificar as barreiras existentes no meio científico, de maneira a propor outras formas de pensar a objetividade na ciência (MORENO, 2021).

Em seu livro, *The Science Question in Feminism*, de 1986, Sandra Harding estabeleceu uma distinção entre três principais posicionamentos de epistemologias feministas, o empirismo feminista, o feminismo pós-moderno e as teorias do ponto de vista feminista (*standpoint theory*). As principais diferenças entre as abordagens residem nas formas que a posicionalidade do sujeito cognoscente é compreendida. Contudo, atualmente é possível identificar que as teorias estão mais fluídas e compatíveis entre si, se encontrando e distanciando dependendo da abordagem de determinadas autoras (SARDENBERG, 2002).

Para este trabalho, portanto, opto especificamente pela abordagem da *standpoint theory*, por também acreditar que o conhecimento é diretamente influenciado pela posição social que o sujeito ocupa e que, indivíduos posicionados à margem detêm de um ponto de vista epistemologicamente privilegiado em relação às formas de opressão que vivenciam.

⁸ Referência ao artigo intitulado: “Gênero: para um dicionário marxista: a política sexual da palavra” (HARAWAY, 2004).

Acerca da teoria, analiso desde as premissas basilares de orientação marxista e hegeliana até os processos de adaptação que sofreu ao longo da trajetória, bem como a relação com a política de identidades para refletir sobre quais são os pontos de vista privilegiados epistemologicamente.

2. HISTORIOGRAFIA E NARRATIVA NA HISTÓRIA: FORMAS DE CONTAR, FORMAS DE CORPORIFICAR

2.1. A historiografia sob guarda do androcentrismo: considerações históricas e críticas

As práticas teóricas e metodológicas que orientam a escrita da história são marcadas por mudanças, resultantes de processos e movimentos que dialogam com o contexto do qual se relacionam, ocasionando periodicamente revisões dos moldes que, provisoriamente, se constituem tradicionais. Apesar dessas práticas serem transitórias, o local de protagonismo teórico e metodológico, a posição de referência canônica da história fora, em sua totalidade, ocupada por homens historiadores, europeus ocidentais. Não se trata somente sobre ausências de outros corpos cânones, Albuquerque Júnior nos diz que “a historiografia foi, por muito tempo, uma narrativa misógina, medrosa diante da diferença representada pelo corpo feminino [...] corpo objeto, impossível de se tornar sujeito de sua história, da história” (2019, p. 41).

Início a partir do século XIX enquanto momento fundamental de assentamento da disciplina, onde o positivismo francês e o historicismo alemão trazem, cada um à sua maneira, mas com algumas características semelhantes, a forma pela qual se pensa a produção historiográfica no período. Maria da Glória Oliveira nos alerta que estes “processos de constituição disciplinar da história no século XIX foram notoriamente excludentes em relação à participação de historiadoras nos círculos historiográficos profissionais” (2018, p. 117).

O historiador José D’Assunção Barros explica que a partir da influência direta do Iluminismo, o positivismo trouxe a ideia de produção de conhecimento humano inteiramente objetiva, a concepção de uma história universal, comum a todos e a possibilidade de atingir o pensamento científico a partir da imparcialidade do sujeito produtor de conhecimento. Para ele, “estes princípios, no que apresentam de mais essencial, sustentam-se sobre a noção de que haveria uma “natureza imutável do homem” (BARROS, 2010, p. 77). O historicismo, por sua vez, está em consonância com os movimentos nacionalistas de afirmação dos Estados-Nacionais e, por conseguinte, responde aos interesses destes. Neste aspecto, a historiografia encontrava relevância somente nos corpos dos grandes estadistas, nas guerras e conquistas territoriais, cujo protagonismo era marcado exclusivamente pelos homens, sujeitos que ocupavam espaços públicos de decisão. Tanto o positivismo, quanto historicismo são igualmente conservadores, o que os diferencia está na defesa da burguesia de um lado, contra a defesa do Estado de outro (2010).

Destaco a relevância de que, é justamente na crítica e reavaliação das correntes historiográficas herdeiras do Iluminismo que reside o trabalho de construção da história das mulheres. A historiadora Maria Odila da Silva Dias ressalta que os aspectos constitutivos de uma história positiva, como a perspectiva de sujeito imparcial e história universal, bem como a concepção linear, seriam substituídos mais tarde pela transitoriedade do conhecimento em processo de modificações no tempo e na noção de temporalidades múltiplas (1992, p. 39). Até a década de 1970, portanto, ainda nos situamos enquanto mulheres, num processo de invisibilidade histórica, em que os historiadores da época em questão não consideravam a categoria gênero enquanto uma possibilidade de análise, conforme aponta a historiadora Michelle Perrot (2007).

Seguindo uma ordem cronológica, o surgimento da escola francesa dos *Annales* na década de 1930, protagonizada por Marc Bloch e Lucien Febvre, representou a superação dos pressupostos teóricos baseados em uma concepção de história universal. A compreensão da *Nouvelle Histoire*, como também foi chamada, é marcada pela inauguração do conceito de história-problema, onde a história não se reduz ao fato, mas também aos questionamentos que direcionamos a ele; ao caráter interdisciplinar do relacionamento da história com demais disciplinas; a ampliação do que é considerado fonte historiográfica e, por fim, resalto acerca da atenção especial direcionada ao papel social dos indivíduos comuns, em contraste com as tradicionais narrativas preocupadas em enaltecer os grandes homens (BARROS, 2012).

Ao encontro destes aspectos, a historiadora Rachel Soihet explica que, “buscam desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, direcionando seu interesse para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano” (1997, p. 98). Para Soihet, a contribuição dos *Annales*, neste caso a primeira geração, foi inegável para contribuir na incorporação das mulheres na história décadas depois.

Em contraponto, a historiadora Natalie Zemon Davis, identifica no quadro interdisciplinar desta primeira geração dos *Annales* enquanto uma associação de “irmãos franceses” formada exclusivamente por editores homens (OLIVEIRA, 2018). A invisibilidade de contribuições de mulheres não está associada com sua ausência na escola, elas estavam naquele local. Ainda que quatro resenhas tivessem sido dedicadas a obras de produção feminina, somente duas historiadoras⁹ tiveram publicações na revista dos *Annales*, o que não significou sua visibilidade pública, nem mesmo póstuma (2018).

A questão que se coloca remonta à reprodução de apagamento da produção intelectual feminina, em que se percebe um esforço considerável de historiadoras e

⁹ As historiadoras mencionadas são Lucie Varga e Thérèse Sclafert (OLIVEIRA, 2018).

historiadores contemporâneos comprometidos em uma história mais democrática, para trazer à luz estas produções.

No artigo, intitulado "Os sons do silêncio: interpelações feministas à história da historiografia", Maria da Glória Oliveira traz o caso de Lucie Varga (1904 - 1941), historiadora membro dos *Annales*, pesquisada por Peter Schoettler. Sua contribuição inserida na primeira geração foi consideravelmente expressiva e ainda assim, foi conhecida somente a partir do trabalho do pesquisador, realizado no ano de 1992. Sobre isso, Oliveira ressalta que

Trata-se portanto, de um caso exemplar de esquecimento e apagamento da produção intelectual feminina da memória disciplinar, ou seja, do próprio ordenamento narrativo que se baseia a identidade da disciplina histórica, constituída através de um corpo canônico de textos de autoria masculina cuja autoridade é assegurada não apenas por mecanismos de reconhecimento e consagração entre os próprios historiadores profissionais, mas também por meio do ensino e da difusão pública (2018, p. 123).

Ao se referir ao meio de ensino, a autora também convida a refletir acerca da grade curricular das disciplinas de teoria da história, cuja presença é formada quase que exclusivamente pelos considerados “heróis” da história, e aqui cito alguns, como Marc Bloc, Lucien Febvre e Fernand Braudel, por exemplo. As mulheres, contudo, ocupavam esses espaços e falar sobre elas introduzindo suas contribuições na formação de novos professores e/ou historiadores requer um importante movimento de compreensão para além daquilo que é considerado “clássico” dentro da historiografia. Não somente mulheres, mas sujeitos subalternizados estiveram e, em certa medida estão, submetidos às tradições de silenciamento pautadas na naturalização dessas concepções e das definições de valor determinadas pelo cânone.

2.2. Estruturalismo, pós-estruturalismo e narrativa

No período que antecede a chamada “crise da história”, a lógica que determinava o que de fato era considerado histórico para os pesquisadores canônicos estava subordinada às grandes estruturas, a questões determinadas por sujeitos específicos e que, por conseguinte, referiam-se a seus interesses específicos. Os ditos sujeitos públicos que detinham o poder de controlar os eixos que refletiam na sociedade e que, portanto, eram os atores protagonistas dos feitos de impacto no tempo do “homem”¹⁰. Desta forma,

¹⁰ O uso da palavra homem entre aspas é em alusão a sua utilização de referência a humanos.

Os historiadores franceses, que na década de 1950 e 1960 encontravam-se à frente deste ousado empreendimento, desenvolveram uma disposição hierárquica padronizada: em primeiro lugar, tanto em ordem de sequência como em ordem de importância, vinham os fatos econômicos e demográficos; a seguir, a estrutura social, e, em último lugar, os desenvolvimentos intelectuais, religiosos, culturais e políticos. (STONE, 1991)

Partindo da chamada segunda geração da escola dos Annales (1946 - 1968), orientada principalmente por Fernand Braudel, esta corrente tornará como método de análise a história estrutural. A história da qual queriam escrever estava localizada nas densas profundezas da estrutura, ao contrário das rasas superfícies dos acontecimentos. Aqui a historiografia se constituía pela integração entre as esferas econômicas, sociais, religiosas, por exemplo, enquanto uma totalidade que é submetida às análises de longa duração, pois as estruturas tendem a movimentar-se em transformações lentas e vagarosas (BURKE, 2010). Sendo assim, os acontecimentos eram subordinados de sua estrutura, a análise é considerada em detrimento da descrição narrativa, as circunstâncias em relação aos indivíduos, e os indivíduos são vistos como “prisioneiros de um destino sobre o qual pouco podem influir” (BURKE, 2010, apud BRAUDEL, 1949, p.1244).

Na década de 1960, contudo, vemos “o pós-estruturalismo germinar no interior do estruturalismo, é sua derradeira consequência, sua metamorfose. Há continuidade entre eles e há ruptura” (MAIA, 2017, p. 52). Neste remodelado modo de pensamento, inauguram-se formas de se pensar a escrita na história considerando as novas problemáticas relacionadas com as questões de linguagem e narrativa.

Enquanto um movimento de reformulação, ambas as escolas interpretativas se encontram em fundamentações teóricas convergentes. Situam-se criticamente ao racionalismo humanista, cuja concepção compreende a consciência humana enquanto autônoma e independente de fatores externos, como as estruturas socioculturais, das quais possam interferir na constituição do sujeito, ambos “efetua um enérgico ataque aos pressupostos universalistas da racionalidade e da individualidade, da autonomia e da auto presença, que estão subjacentes ao sujeito humanista” (PETERS, 2000, p. 36).

Contrário à lógica estrutural que não compreende o indivíduo enquanto agente, “o pós-estruturalismo enfatiza a noção discursiva do eu - sua corporeidade, sua temporalidade, sua finitude, suas energias inconscientes, e libidinosas - e sua localização histórica e cultural do sujeito” (2000, p.36). Situam-se em posição de crítica às noções cientificistas das ciências humanas, onde a construção de conhecimento parte de um eu racional e objetivo, cujas explicações seriam suficientes para abarcar verdades universais sobre um todo. Ainda neste

sentido, se colocam numa postura “anti-realista” que, partindo da crítica nietzscheana da verdade, recusam-se tratar de representações que procuram conceber correspondências exatas da realidade. Assim,

[...] Representa um aprofundamento da noção de democracia. Em sua crítica, os pós-estruturalistas argumentam que as democracias liberais modernas constroem a identidade política com base em uma série de oposições binárias. Em particular, a operação de desconstrução das hierarquias políticas que se baseiam em oposições binárias é vista como central nas discussões sobre multiculturalismo e feminismo. (PETERS, 2000, p. 41)

Como citado anteriormente, o pós-estruturalismo trouxe novamente ao debate a questão narrativa na construção historiográfica. Até então a forma narrativa utilizada deveria orientar-se por configurações de neutralidade e objetividade “para não ofuscar o objeto, para não danificar o fato” (MAIA, 2018, p 53). A constituição da narrativa estava subordinada ao valor realista do objeto, valor de realismo ou verdade, utilizada tão somente como um artefato verbal por sujeitos aos quais é permitido a localização de abstração e distanciamento.

Nos anos 1970, o historiador Lawrence Stone em seu artigo “O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história” coloca-se na contramão da tradição braudeliana e identifica um gradativo retorno à defesa da narrativa. Conforme o autor, as razões pelas quais envolvem seu ressurgimento estão associadas com a insatisfação ao modelo determinista econômico de compreensão histórica incutida pelos teóricos do “modelo econômico marxista, o modelo ecológico-demográfico francês e a metodologia cliométrica americana” (STONE, 1991). A lógica hierarquizante que considerava questões religiosas, psicológicas e intelectuais, por exemplo, como fenômenos provenientes exclusivamente da economia e o caráter analítico e quantitativo resultado desta modalidade que passou a ser questionado e repensado.

O abandono da história narrativa, em meados do século XX, sustentada anteriormente por dois séculos, é viabilizado por uma geração de historiadores que questionavam a orientação de respostas cronológicas, as metanarrativas. Bem como pela influência do marxismo, que compreendia sociedades, não indivíduos e que, por fim, visavam atingir uma história científica que criasse leis gerais para responder às transformações históricas (STONE, 1991). Isso significa dizer que a narrativa na construção histórica não foi ponto determinante em certas tradições históricas. Portanto, compreender sua função e importância na construção historiográfica contemporânea é imprescindível para nos apreender

das modificações que sua relevância sofreu de acordo com as orientações de cada orientação metodológica.

Contrário às características estruturalistas, a história narrativa não exclui o caráter analítico de seu método, mas este não se constitui como base fundante de sua escrita. Para Stone, o fazer historiográfico não se reduz a um emaranhado de conteúdos sem forma elaborada e, neste sentido, o autor completa que “não se contentam em lançar palavras numa página e ali deixá-las, pensando que, na medida em que a história é uma ciência, dispensa o auxílio de qualquer arte” (STONE, 1991). Ainda na concepção do autor, a isto também se atribui a aproximação dos historiadores com a antropologia, em substituição da sociologia e economia enquanto ciência social, significando dizer que partem da análise do comportamento para compreender e indicar sentidos. Estes novos olhares, dos quais permitem ampliar a análise para além da estática estrutura, demonstram interesse pelos sentimentos, padrões de comportamento, desejos sexuais, relações de poder, por exemplo. Daí o inevitável retorno à forma narrativa.

Da mesma forma que o estruturalismo se posicionou teoricamente contrário às noções de iluministas e racionalistas, o pós-estruturalismo desloca a centralidade da estrutura para os aspectos da vida cotidiana; mais do que constituída exclusivamente por homens racionais, a História é de mulheres e homens movidos por pulsões e contradições que atravessam a experiência vivida (MAIA, 2018).

Os debates acerca da narrativa historiográfica colocam em questionamento as noções de objetividade que norteiam sua escrita e abrem espaço para pensar outras formas de escrever a história. As linhas da história se reconstróem através das tramas da linguagem. O caminho que nos conduz ao passado se forma, antes de tudo, pela trilha do discurso, cuja descrição permite visitá-lo através da imaginação. Este do qual nos permite vagar por locais que, por mais que tentemos reproduzi-los em sua íntegra realidade, jamais conseguiremos.

Neste contexto de inflexões das possibilidades acerca da forma que se dá à História, a historiadora Verónica Tozzi argumenta que o giro linguístico e a chamada nova Filosofia da História, dos quais emergem a partir do pós-estruturalismo, também se configuram enquanto empreendedoras de um movimento de contestação às noções epistemológicas da historiografia tradicional, bem como o status da história enquanto ciência equivalente às ciências naturais. Oriundos dos estudos de linguagem e semiótica, estes preceitos se propõem pensar acerca das ferramentas linguísticas que possibilitam a construção de discursos sobre o passado.

Desta forma, portanto, a linguagem não se constitui enquanto um vazio que aguarda um corpo factual ou conceitual para formar-se, “está ela própria no mundo como uma “coisa” entre outras e já carregada de conteúdos figurativos, tropológicos e genéricos” (WHITE, 1994, p. 27). Assim, a lógica que permitia diferenciar um discurso ficcional de um factual e a escrita imaginativa e realista precisava ser repensada.

2.3. História e literatura, estruturas narrativas

Em artigo intitulado “A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea”, o historiador Hayden White demonstra, surpreso, que o tópico da narrativa tem sido foco de considerável debate na teoria histórica contemporânea. A surpresa está associada ao fato de que, como pode algo tão universal quanto à própria linguagem ser o enfoque de tais problematizações. É justamente no caráter corriqueiro e simples da narrativa é que residem as dúvidas acerca de sua utilização em um método científico. O próprio desenvolvimento das ciências modernas estão associados com seu gradativo abandono, o uso da narrativa para representações históricas como um fim em si mesmo é encarado como deficiente metodologicamente, tal qual já vimos (WHITE, 1984).

Em contraponto, no final da década de 1970, White em sua obra “Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura”, discorre sobre o caráter ficcional presente na narrativa historiográfica, esta da qual considera ser constituída por “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001, p. 98). A configuração que é atribuída aos acontecimentos históricos é delineada pelo modo em que o historiador ou a historiadora irá articular as estruturas de enredo e os acontecimentos em si, dos quais pretendem alcançar uma atribuição de sentido particular, “trata-se essencialmente de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção” (2001, p. 102).

A questão da narratividade se encontra na possibilidade de desenvolver estruturas e processos de eventos normalmente localizados em determinados tipos de discurso, como o romance, o mito, a comédia e similares. Neste caso, portanto, o que diferencia os enredos históricos dos ficcionais se remete exclusivamente ao seu formato, não ao conteúdo, uma vez que a história precisa ser encontrada, não inventada (WHITE, 2011).

Por tal motivo é que a ideia de ficção não está relacionada com as demais atribuições do fazer historiográfico, cuja prática se remonta na busca e exame de documentos, bem como

o emprego de métodos para sua construção. A partir destas considerações, a literatura para a história deve ser compreendida enquanto maneira de

volver a los fundamentos de la disciplina, conciliando un método y una escritura, llevando a práctica un método y una escritura. No se trata de matar la historia a golpes de ficción y retórica, sino de volver a temprarla mediante una forma, una construcción narrativa, un trabajo sobre la lengua, en un texto-indagación que se case con su esfuerzo por la verdad. La creación literaria es el otro nombre de la científicidad historiadora (JABLONKA, 2016, p. 18).

Assim, a análise de Hayden White acerca da relação entre literatura e história não deve ser de equivalência, mas sim, a apreensão da literatura como recurso para revelar as ferramentas linguísticas das quais são utilizadas na construção de todo discurso histórico. Este do qual, considera que a história é constituída não por verdades unívocas acerca do tempo, mas sim, por um discurso acerca do passado. A concepção de realismo está relacionada com uma representação do passado, onde “não existe uma única maneira de representar realisticamente a realidade e os critérios de realismo são históricos e tem variado ao longo da história¹¹ (TOZZI, 2009, p.76). A narrativa, neste sentido, é compreendida enquanto forma de torná-lo inteligível, por considerar enquanto possibilidade de relacionar de maneira síncrona, eventos que se passaram diacronicamente (TOZZI, 2009, p. 76).

O local da narrativa para White se configura como central na construção do conhecimento histórico, contrário ao local subordinado situado anteriormente pela historiografia tradicional. Desta forma, argumenta que por não termos disponibilizadas formas diretas para observação do que se constitui passado, devemos utilizar de métodos semelhantes ao campo da literatura para reconstrução histórica, e nessa direção, pensar em maneiras de compreender que

[...] El problema de la narrativización en historia debe pensarse en función de cómo se traduce el conocimiento en relato; es decir, se trata del problema de configurar la experiencia humana en una forma asimilable a estructuras de significación para que aquélla adopte un orden de sentido. Así, para White, la narrativa es un metacódigo que, al estructurar aquello que cuenta, lo configura: construye con su propia trama el orden y la coherencia, estableciendo su sentido (ZICARI, 2015, p. 129).

Aqui, a proposta de se pensar a escrita da história parte de considerar a narrativa enquanto forma do relato, este do qual se caracteriza pela representação das circunstâncias e é

¹¹ “No existe una única manera de representar realistamente la realidad. Y los criterios de realismo son históricos y han variado a lo largo de la historia” (traduzido por mim).

motivada por uma reivindicação à verdade, entrelaçando os fatos, eventos e personagens de maneira lógica pela qual os compreende.

Así, la narrativa histórica, “al hablar por sí misma”, se expresa mediante una modalidad significativa de su propia trama: aquello narrado. De esa manera, los elementos del relato no sólo son configurados por la narración, sino que emergen de la estructura de la trama, estando subordinados a ella. Es por eso que la relación entre escritura, teoría literaria de los tropos y discurso cobra un particular interés a la hora de entender nuestra relación con el pasado —la cual no debe descuidarse— y cómo figuramos éste último (ZICARI, 2015, p 130).

Seguindo a linha de renovações teóricas, verifica-se a ideia de pluralismo histórico, cuja inauguração do conceito é atribuída a William James e, posteriormente, reformulada por Hayden White. A premissa básica da lógica pluralista é a oposição ao monismo filosófico, “segundo a qual a realidade é constituída por um princípio único, um fundamento elementar, sendo os múltiplos seres redutíveis em última instância a essa unidade” e, assim, a centralidade está em resgatar a forma de compreensão da história enquanto resultado de ações individuais, conforme explica a historiadora Daniela Kern (2010).

A partir da superação dos anseios de uma explicação única acerca do passado é possível conceber a coexistência de múltiplas versões deste, não de maneira estática, mas de modo a possibilitar que mais pesquisas acerca do mesmo assunto sejam desenvolvidas. (TOZZI, 2009). Em outros dizeres, significa abraçar uma “quantidade de relatos igualmente plausíveis do passo histórico ou, alternativamente, uma quantidade de diferentes, mas igualmente significativas construções daquele campo indeterminado da ocorrência passada que chamamos de história” (WHITE, 1986, p. 482, apud KERN, 2010, p. 285).

Pensar a história a partir do caráter plural, contudo, não está relacionado com o afastamento de um “labor historiográfico responsável”, este do qual almeja atingir em certa medida uma precisão acerca do passado e assim, transformá-la em conhecimento. Considera concomitante à pluralidade, a utilização de métodos para que possa ser reconstruída (AVILA, 2021).

Neste sentido, explica que as diferentes construções de realismo de um mesmo acontecimento histórico não devem ser compreendidas enquanto uma sucessão de descrições que estão cada vez mais próximas de uma verdade, ou do próprio passado. Mas sim, compreender que a “cada reescritura de la historia se nos renueva una promesa de como alcanzar mejores representaciones el cumplimiento de una mejor representación de la

realidad. Cada reescritura es más bien una respuesta a escrituras precedentes” (TOZZI, 2009, p. 89).

A história pensada a partir de seu caráter plural coloca em questão as noções totalizadoras e universais acerca do passado, orientados pela pretensão de objetividade e imparcialidade já comentadas. A alternativa proposta pelo pluralismo consiste justamente em desviar de fechamentos, adotando uma atividade heurística, ou seja, de constante investigação, de redescobertas acerca de um mesmo tema. Desta forma, (TOZZI, 2009, p. 95) argumenta que,

Hay una tercera alternativa: las que estimulan nuevas preguntas y visiones alternativas de mirar el pasado, las que se apropian de los desarrollos teóricos alternativos, e incluso de otras disciplinas, como recursos a desplegar. En lugar de arengar a subvertir la práctica porque sí, dando por descontado que es opresiva, ¿no sería más adecuado proponer subvertir ciertos relatos y utilizar la propia práctica como un recurso para ello?

Neste sentido de direcionar formas alternativas de se pensar o passado, identifico nas contribuições do historiador Ivan Jablonka uma maneira de orientar a escrita da história rompendo com a abstração e o anonimato do sujeito que escreve, do qual assume a localidade do *eu* enquanto subjetividade objetivada, e reforça que o caráter subjetivo se encontra presente em todo o processo da operação historiográfica. Desde a escolha dos temas, da coleta e seleção de documentos e as formas de narrar: “é imperativo reconhecer os aspectos mais instintivos e involuntários da subjetividade historiadora” (2020, p. 535).

Partindo do pressuposto de “literatura do real”, cuja forma híbrida textual permite desenvolver uma narrativa historiográfica sem, contudo, ignorar a esfera cativante e afetiva do texto. Aqui a forma de narrativa empregada por Jablonka se remonta ao uso das características literárias para formulação de seu discurso, compreende que ultrapassa as questões em que a reduzem a um caráter ornamental ou estético, para ele “a escrita é um modo de reforçar o método, uma maneira de enriquecer o protocolo científico, de aceitar a emoção que nos move (2020, p. 541).

Neste sentido, Ivan Jablonka também compreende a utilização das narrativas que partem da localidade do *eu* enquanto possibilidade de “desmasculinizar a história e as ciências sociais” (2021, p. 330). Além disso, encara a superação do academicismo patriarcal propondo a substituição de discursos que se consideram certas totalizantes pela incorporação de pontos de vista particulares e parciais.

Projetar a superação do academicismo patriarcal por meio dos pressupostos das epistemologias feministas requer, antes de tudo, “a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico” (SARDENBERG, 2002, p. 3), oriundos da ciência moderna, responsável por objetificar e invalidar os conhecimentos produzidos por mulheres. A partir disso pensar em alternativas de ciência que possibilitem “fundamentar este saber que se quer politizado” (SARDENBERG, 2002, p.3). Já não nos cabe ser incluídas nas noções de cientificidade tradicionais, cuja fundamentação está na exclusão de mulheres.

A proposta de ciência que interessa às feministas está relacionada com o reconhecimento das capacidades semióticas dos sujeitos cognoscentes para atribuição de sentido. A partir da corporificação de toda visão é que se torna possível desenvolver uma doutrina de objetividade. Assim, não se trata mais de um sujeito neutro, até mesmo transcendental, a objetividade feminista é pautada na perspectiva de parcialidade, não universalidade, “as feministas não precisam de uma doutrina de objetividade que prometa transcendência, uma estória que perca o rastro de suas mediações justamente quando alguém deva ser responsabilizado por algo” (HARAWAY, 1995, p. 16).

As epistemologias feministas compreendem a parcialidade enquanto possibilidade de se fazer o conhecimento racional. Parcialidade aqui significa vulnerabilidade, esta da qual rompe com a ideia de fechamento, “isso porque a corporificação feminista resiste à fixação e é insaciavelmente curiosa a respeito das redes de posicionamentos diferenciais” (p. 32). Sequer há um ponto de vista feminista único que consiga contemplar a heterogeneidade das dimensões políticas. Haraway (1995, p.31) complementa que,

O feminismo ama outra ciência: a ciência e a política da interpretação, da tradução, do gaguejar e do parcialmente compreendido. O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico, num espaço social não heterogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial.

Assim exposto, é possível em caráter introdutório, articular as contribuições das epistemologias feministas com as possibilidades de construção historiográfica. No eixo em que se encontram a prática de historicizar experiências e a utilização do *eu* na narrativa historiográfica, se remontam a ideia de múltiplas localidades do sujeito, de um *eu* que se constitui parcial, “nunca acabado, nunca completo” (HARAWAY, 1995, p. 26), de uma construção de sentido que parte das capacidades semióticas, ou de ponto de vista de

indivíduos cognoscentes para produção de conhecimento. Assumir a localidade do sujeito histórico é ir de encontro às noções universalizantes que tanto almejamos superar enquanto mulheres feministas que produzem conhecimento.

Para o próximo capítulo que segue, projeta-se aprofundar as propostas de objetividade e epistemologias feministas, bem como as contribuições da teoria do ponto de vista, ou como também é chamada “*perspective theory*”. Esta da qual se constitui como uma estratégia de ciência feminista para pensar a localidade de sujeitos subalternizados epistemologicamente enquanto possibilidade de produção de saberes emancipatórios (SARDENBERG, 2002, p. 16).

3. EPISTEMOLOGIAS E OBJETIVIDADE FEMINISTA

Uma pesquisa rápida pelo significado de “epistemologia” em plataformas de busca mais tradicionais trará, de maneira sintética, explicações sobre a Teoria do Conhecimento e a maneira pela qual a comunidade científica acessa e justifica a produção deste conhecimento¹². Os resultados das pesquisas também destacam as duas grandes correntes metodológicas inauguradas por filósofos europeus do século XVI. Nestes mesmos resultados, contudo, não há qualquer menção à existência de outras formas de epistemes. Isso me permite interpretar que, para o algoritmo responsável por trazer os resultados de busca, o que se compreende enquanto epistemologia é a teoria do saber ocidental masculina e branca. Epistemologias feministas, africanas ou qualquer outra alternativa de ciência politizada, reivindicam seu apêndice, seu nicho de pertencimento para reconhecimento da pesquisa.

Aqui, trago recortes provenientes de algumas mulheres intelectuais cuja complementação conferem um sentido que acredito mais apropriado. Para a historiadora Margareth Rago, o significado de epistemologia indica um campo conceitual do qual fundamenta-se a produção de conhecimento científico. A partir disto, interligam-se a forma que compreendemos e desenvolvemos a relação entre sujeito-objeto, bem como a associação deste conhecimento produzido com a verdade.

Linda Alcoff, filósofa feminista, identifica como a “teoria protocolar para o domínio da discursividade no ocidente, situada numa posição de autoridade que lhe permite um julgamento bem além dos ciclos filosóficos” (2016, p. 131). São estes protocolos que permitem determinar quais são os conhecimentos válidos e que podem julgar os saberes reivindicados por parteiras, povos originários ou até mesmo de relatos em primeira pessoa do singular, por exemplo. Para além disso, determinam a forma como a credibilidade epistêmica deve ser conferida e a forma como devem ser produzidos.

Concluo com a contribuição da socióloga Patrícia Hill Collins (2019), que aponta outras questões importantes quando inclui nesta definição que a epistemologia, nos moldes tradicionalmente utilizados, também é responsável por determinar quais são as problemáticas que merecem investigação. Da mesma forma que estabelece os referenciais teóricos e interpretativos que devem ser utilizados para desenvolver as análises e, por fim, a finalidade destinada a estas produções de saberes.

¹² As plataformas tradicionais das quais me refiro são, por exemplo, Google e Bing, comumente utilizadas para buscas de definições mais sintéticas acerca de temas variados. Um exemplo deste resultado: <https://www.significados.com.br/epistemologia/>.

Necessário reforçar que as principais críticas das teóricas feministas à ciência tradicional se situam na contestação das suas configurações excludentes, hierárquicas e “de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença” (RAGO, 1998, p. 4). Assim constituiu-se a necessidade de desenvolver alternativas às práticas científicas produto tanto da modernidade quanto da colonialidade, as quais tomaram delineações mais sólidas a partir do Iluminismo.

O modelo hegemônico pelo qual as propostas de ciências sucessoras direcionam suas críticas é o chamado neopositivismo, embasado no empirismo e racionalismo que, em síntese, preconizavam o uso de afirmações gerais e universalizadas; exclusividade epistêmica, ou seja, se constitui enquanto a única forma de alcançar o conhecimento “verdadeiro” e que, por conseguinte, invalida qualquer outra metodologia que não contemple seus procedimentos (GOES, 2019). Desta forma, para compreender as próprias formulações pelas quais o desenvolvimento da epistemologia feminista se fez, é necessário trazer de que maneiras essas duas teorias contribuíram para formular uma ideia de alcance da verdade e produção de saber científico para a filosofia moderna.

Início pontuando que, neste contexto da modernidade, inaugura-se uma nova forma de compreender a lógica do individualismo e, portanto, uma nova concepção de sujeito e sua identidade. Diferente das concepções anteriores que compreendiam a relação do indivíduo em subordinação às estruturas e as tradições, da mesma forma preconizavam que a classificação e localização do sujeito era concebida por uma ordem divina e secular, o “homem”¹³ do Iluminismo era “como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia num núcleo interior” (HALL, 2006, p. 10). A essencialidade do eu era a própria identidade da pessoa e, assim, há uma sensação de maior estabilidade da noção de seu lugar na ordenação das coisas. O surgimento do “indivíduo soberano” também é considerado como uma importante ruptura no processo histórico e foi fundamental para as reflexões filosóficas ocidentais que se propuseram analisar suas implicações nos contextos sociais (HALL, 2006).

Ambas as teorias mencionadas são provenientes do século XVII, o empirismo de Francis Bacon (1561-1626) sustentava uma ideia de ciência pautada na experiência e na observação para assim atingir generalizações. Em oposição, o racionalismo de René Descartes (1596 - 1650), preconizava a busca da verdade no esgotamento das possibilidades de dúvida

¹³ O propósito de utilizar a referência “homem” enquanto ser humano é em decorrência de compreender que o sujeito do Iluminismo era, em sua maior parte, descrito como um sujeito masculino. (Hall, 2006).

até alcançar a certeza incontestável dos objetos. Pela via cartesiana, atingir o conhecimento requer compreender uma ordem regida pela razão, os sentidos fornecem em primeira instância a existência de um corpo, contudo, o que evidencia a certeza é a razão, bem como o que determina a autoridade epistêmica, desta forma o mundo torna-se objeto de estudo do sujeito, o “homem” (DA SILVA, 2014).

O embasamento proposto por Descartes apresentou para a filosofia moderna uma orientação metodológica universal enquanto forma de atingir o conhecimento verdadeiro e pautava-se principalmente na

crença na autonomia e liberdade do sujeito, grande otimismo com relação à capacidade da ciência em melhorar a qualidade de vida do ser humano, valorização do conhecimento científico em detrimento de outras formas de saber e uma visão epistemológica dualista, ou seja, há um sujeito conhecedor distinto dos objetos que investiga (DA SILVA, 2014 apud ROUANET, 1987).

A estruturação de uma concepção dualista incorporou uma lógica de compreensão maniqueísta que distribuía de maneira binária os lados opostos, como por exemplo: sujeito/objeto, natureza/cultura, razão/emoção, objetividade/subjetividade. O desenvolvimento dessas dicotomias refletem de maneira análoga às noções de diferenças de sexo e assimetrias de gênero, de forma que atribuem o sujeito, a cultura, a razão e objetividade ao indivíduo masculino e ao feminino, de maneira subalternizada, o objeto, a natureza, a emoção e a subjetividade (SARDENBERG, 2002).

Os projetos de mulheres feministas brancas e ocidentais em suas fases introdutórias, na década de 1960, buscaram nos ideais iluministas de relação entre racionalidade, autonomia e liberdade uma forma para compreender as razões que levaram à subordinação da mulher na sociedade (SARDENBERG, 2002). Identifica-se, portanto, que existiu uma agregação das questões feministas em diversas áreas da produção dos saberes considerados científicos, isto é, eles não nascem do interior de um conjunto teórico, tal qual o marxismo se debruçou acerca dos conceitos de classe. Conseqüentemente, ao final, este agregado ocasionou consideráveis instabilidades e demonstraram ser “estreitos demais para pensar a diferença, aliás, masculinos, muitas vezes misóginos, precisavam ser transformados, abandonados, questionados, refeitos” (RAGO, 1998, p. 9).

Sandra Harding também chama atenção ao fato de que essas construções teóricas feministas buscaram nas tradições intelectuais já existentes, remodelar-se num movimento de encaixe e adaptação para as análises da condição mulher, na medida em que desejavam torná-las visíveis no campo intelectual. Pontua além disso que, estas tradições intelectuais das

quais recorreram foram desenvolvidas para responder perguntas das quais não nos cabiam, que não partiam da experiência mulher e que, portanto, não seriam suficientes para abarcar nossos temas sem corrompê-los (1993).

Apesar do esforço para legitimação da mulher enquanto sujeito com autoridade epistêmica, os caminhos emprestados pelas teorias já existentes se chocavam com as noções de objetividade e neutralidade científicas

A própria teorização é, em si mesma, perigosamente patriarcal, porque presume a separação entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido, entre sujeito e objeto, e supõe a possibilidade de uma visão eficaz, exata e transcendente, pela qual a natureza e a vida social tomam a perspectiva que nos parece correta. (HARDING, 1993, p.10)

É justamente na denúncia da descorporificação e transcendência do sujeito produtor de conhecimento que reside uma das principais questões para as epistemologias feministas. Descorporificar o saber é universalizar-lo sob doutrinas de objetividade que impuseram e impõem seus métodos e traduções de linguagem para todas as demais possibilidades de traduções, determinando o que pode ter validade enquanto conhecimento, ao que Donna Haraway chama de reducionismo (1995). Este sujeito da universalidade capaz de libertar-se do corpo que pode carregar falhas de interpretação da verdade, de fato liberta-se daquilo que o opõe, ou seja, os corpos não brancos, feminilizados e colonizados.

A epistemologia nestes termos, portanto, mais do que suscitar questões acerca do que é o conhecimento por si mesmo, precisa ser compreendida também pela manipulação de funções normativas que determinam quem está autorizado a produzir saberes, de que maneira devem ser produzidos, bem como a distribuição arbitrária de credibilidade nos meios (ALCOFF, 2016). O caráter hierárquico e desigual em que alguns sujeitos gozam de privilégio epistêmico é também enfoque dos debates de epistemólogas feministas que procuram evidenciar as disparidades e propor alternativas de realocar os princípios da ciência oriundos da Modernidade.

Sandra Harding ressalta a importância de reconhecer o caráter instável das categorias analíticas e a ausência de uma estrutura definitiva para construção das explicações. Os pressupostos das categorias analíticas feministas “devem ser instáveis - teorias coerentes e consistentes em um mundo instável e incoerente são obstáculos tanto ao conhecimento quanto às práticas sociais” (1993, p. 11).

Ao diluir o caráter essencial e universal do homem epistêmico, desmembra-se uma infinidade de experiências de ser mulher, imbricadas por complexas relações de classe, raça,

cultura e sexualidade. Partindo das palavras de Gloria Anzaldúa¹⁴ que, sob o hibridismo que compõe a miscigenação de seu corpo e as múltiplas possibilidades de ser mulher, alerta que: “rigidez é morte”. É preciso se afastar do raciocínio ocidental que se pretende chegar a um único objetivo conclusivo, é necessário seguir “rumo a uma perspectiva mais ampla, que inclui em vez de excluir.”

Realocar da transcendência, situar a posição do/a sujeito/a cognoscente significa corporificar a produção do conhecimento. O eu epistêmico a partir de sua localidade reconhece sua parcialidade e não deseja contemplar a universalidade, pois compreende o caráter heterogêneo das formas de existir e enxergar. Haraway abraça a metáfora da visão, enquanto um sistema sensorial adequado para evitar oposições binárias, o resgate dessa visão corporificada portanto, se configura como específico e particular, não mítico. A ciência para o feminismo se coloca como objetividade racional posicionada, isto é, a junção de diversas vozes situadas que forjam um corpo coletivo com vivências finitas e contraditórias (HARAWAY, 1995).

Neste sentido, Haraway propõe “desmascarar as doutrinas de objetividade porque elas ameaçavam nosso nascente sentimento de subjetividade e atuação histórica coletiva e nossas versões corporificadas da verdade” (1995, p. 13). O corpo, situado em localização de autoridade epistêmica, supera a lógica que o reduz apenas a um objeto que é apropriado para que o sujeito possa discursar sobre; supera os ideais que o posicionaram enquanto coisa, matéria passiva de análise utilizada principalmente para reforçar o poder epistêmico do conhecedor, o corpo localizado é agente produtor de saberes.

Assim, identifica-se que as teorias tradicionais existentes, embasadas num corpus científico sexista e androcêntrico, já não eram mais suficientes para responder às perguntas das quais buscavam-se respostas. Desta forma, as discussões feministas das décadas de 1970 e 1980 reconheceram a necessidade de pensar uma forma de objetividade na ciência que pudesse abarcar estas questões: a objetividade forte. Se a epistemologia indica os preceitos orientadores, a objetividade a complementa com as práticas (DASTON, 2017).

Antes de aprofundar o conceito de objetividade forte especificamente pela autora Sandra Harding, se faz necessário compreender de que maneira este recurso metodológico basilar para a validação do saber assumiu o caráter que as teóricas feministas se propuseram a repensar.

¹⁴ Gloria Anzaldúa é uma intelectual chicana que, a partir de sua localização de mulher mestiça, irrompeu as barreiras de um feminismo norte-americano, revelando que o processo de subordinação dentro das relações sociais não se limita exclusivamente à questão do gênero (COSTA, 2005).

3.1. A objetividade tem uma história?

Inicialmente é necessário compreender que não existe um significado único e definitivo para o conceito de objetividade. Os critérios que constituem seus padrões são, de fato, construídos historicamente e compreendidos de maneiras distintas em dados momentos. Da mesma forma que podem sofrer mudanças de percepção de acordo com a implantação de novas tecnologias, ao exemplo da fotografia¹⁵.

A palavra “objetividade” transita simultaneamente entre metafísica, métodos e morais e pode remeter a múltiplos tipos de significados, como a relação entre a “verdade objetiva” de uma indicação científica, ou à conduta do (a) pesquisador (a) ao realizar uma pesquisa, da mesma forma que também pode ser comumente associada com neutralidade valorativa, imparcialidade, controle das emoções ou a própria divisão dicotômica entre subjetividade e objetividade (DASTON, 2017).

Harding (2007) explica que a ligação que se estabelece entre a objetividade com a lógica da neutralidade valorativa foi permeada por disputas políticas e sociais. Assim, também é necessário compreender que se constitui como uma ferramenta utilizada por sistemas de controle, como o Estado, que a utilizam para validação da ciência.

Apesar da sólida ligação da palavra com os significados mencionados acima, de tal maneira que parecem inerentes entre si, o conceito de “objetividade” para a produção científica passou a ter estes contornos, de maneira mais delineada, somente a partir de meados do século XIX. Este do qual, a historiadora da ciência Lorraine Daston chama de: objetividade “aperspectivística”, ou como também denomina Thomas Nagel: “visão a partir de lugar nenhum” (2017).

Para a historiadora, a objetividade aperspectivística determina que uma visão ou forma de pensar mais objetiva que outras quando conseguir se afastar mais do caráter específico dos indivíduos, suas posições específicas no espaço-tempo e as particularidades do objeto. Em síntese, diz respeito à completa obliteração das particularidades individuais. A introdução deste molde de objetividade no cerne da pesquisa ocorreu quando

A ciência passou a consistir principalmente em comunicações que atravessavam fronteiras de nacionalidade, treinamento e habilidade. De fato, a essência da objetividade aperspectivística é a comunicabilidade, reduzindo o alcance do

¹⁵ Instrumentos como a fotografia e os transcritores mecânicos, conforme explica Daston, também ocasionaram mudanças nas percepções da objetividade. Neste caso, a historiadora denominou o uso destas tecnologias nas práticas da ciência como “objetividade mecânica”.

conhecimento genuíno para coincidir com aquele do conhecimento público (DASTON, 2017, p. 18).

Com a finalidade de permitir o compartilhamento de resultados considerados confiáveis, inserido em uma comunidade científica que se constituía cada vez mais ampla, se fazia necessário reduzir as possíveis diferenças atravessadas por questões de nacionalidade, tradições e técnicas, por exemplo. Assim, a “subjetividade se tornou sinônimo de individual e de solitude; objetividade, de coletivo e de convival. O *ethos* da objetividade aperspectivística havia chegado” (DASTON, 2017, p. 30).

Assim, portanto, estes grupos de pesquisadores precisavam elaborar suas próprias regras para validação e confiança mútuas. Essa rede que integra comunicabilidade e confiabilidade científica é denominada por Daston de “economia moral”, ou seja, a interligação entre valores, afetos e categorias dos (as) estudiosos (as) inseridos no contexto da ciência moderna, que também se constituem por determinar escolhas de objetos, fontes de inspiração, exame de evidências e parâmetros de explicação. Por serem construídas historicamente a partir do caráter cultural e não natural, as economias morais podem ser transformadas ou reconstruídas (FASSIN, 2019).

Neste sentido, contudo, é importante considerar que a teoria feminista não propõe o rompimento definitivo com os pressupostos da ciência moderna, da mesma forma em que existem rompimentos, há também permanências (RAGO, 1998). Um exemplo claro é a relação que se estabelece entre a teoria marxista e a *standpoint theory* que será debatida mais a frente.

Sendo assim, o desenvolvimento de uma outra proposta de objetividade científica com critérios mais fortes e suficientes para embasamento tanto de pesquisas quantitativas quanto qualitativas, foi impulsionada pelo desejo de pesquisadoras feministas de compreender com clareza as questões concernentes especificamente às mulheres. Importante considerar que estes estudos eram realizados majoritariamente através da lente masculina, estas das quais carregavam um sólido sistema de estereótipos embasados na diferença sexual, biológica e, assim, os situavam enquanto naturais à condição de mulher (HARDING, 2007). Sobre isso, a historiadora Teresa de Lauretis explica que

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente e nas quais todos os seres humanos são classificados, formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais (2019, p. 126)

Na década de 1980, os estudos feministas já defendiam a superação do conceito de gênero pela diferença através do sexo biológico, utilizados anteriormente, nas décadas de 1960 e 1970 como base teórica para as feministas. A biologia dos corpos foi identificada como insuficiente para contemplar as múltiplas formas de experiências, tanto de homens quanto de mulheres, pois acaba descartando outros aspectos importantes, como a raça, a cultura e a classe, por exemplo, promovendo uma noção universalista em torno do sexo. Assim, passa a considerar também como base os

códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não apenas na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 2019, p. 135).

Gênero é, portanto, produto, tanto de uma construção sociocultural e histórica, quanto um instrumento semiótico, um conjunto de representações responsáveis por atribuir significados aos indivíduos (as), como identidade, prestígio e hierarquia social. Estas representações acabam por determinar posições dentro desta classe, ocasionando as desigualdades sociais.

Concomitante a estes debates, também nas décadas de 1970 e 1980, emergiu um critério distinto para ampliar a objetividade na pesquisa. Tal critério, conforme Harding explica, precisava ter força o suficiente para permitir a superação das anteriores práticas que permitiram e perpetuaram a atuação de uma ciência androcêntrica e sexista (2006).

Assim, a autora classifica o método de uso predominante pela comunidade científica enquanto “objetividade fraca”, responsável por contribuir com a invisibilidade das identidades situadas à margem do sujeito universal. Antagonicamente, a proposta de “objetividade forte” estabelece a inclusão dos indivíduos situados em situação de opressão institucional e os torna partícipes da pesquisa, não mais como meros objetos, a ciência agora seria exercida a partir de baixo (2006).

Propor uma forma alternativa de objetividade requer, contudo, pensar um método que possa, ao mesmo tempo, garantir e ampliar a confiabilidade das pesquisas e alcançar as respostas das perguntas que interessam às mulheres. A partir deste prisma é que “na epistemologia, na filosofia da ciência, na sociologia do conhecimento e na teoria política, as teorias perspectivistas (*standpoint theories*) começaram a surgir no interior deste novo movimento de mulheres nas pesquisas” (HARDING, 2019, p. 45).

Desta forma surge a *standpoint theory*, que se constitui enquanto uma derivação da objetividade forte. Esta da qual possui uma multiplicidade de possibilidades de tradução para o português, que podem variar entre: teoria da perspectiva, teoria do ponto de vista, bem como pode diferenciar de acordo com o uso por determinada teórica, como teoria do ponto de vista das mulheres, por exemplo.

3.2. *Standpoint theory* (Teoria da Perspectiva)

Apesar da insuficiência teórica do marxismo para os estudos feministas, e aqui cito Haraway quando destaca a “impotência para historicizar qualquer coisa que as mulheres fizessem que não fosse por salário” (1995, p. 14), ainda assim forneceu instrumentos para o desenvolvimento de epistemologias feministas. A *standpoint theory*, da mesma forma que o marxismo, compreende que não existe neutralidade e objetividade absoluta na produção de conhecimento científico e, além disso, se compromete com a transformação da sociedade com a finalidade de superação do sistema de dominação.

Partindo do ponto de vista do proletariado, formula sólidas críticas à constituição da sociedade por desigualdades, esta da qual coloca em evidência a produção do conhecimento e as concepções prevaletentes que correspondem à classe hegemônica. Ao considerarmos que esta classe dominante é composta majoritariamente por homens, inevitavelmente os pressupostos desenvolvidos para as disciplinas diziam respeito às questões e aos valores masculinos. Assim, importante destacar que

preconceitos sexistas e androcêntricos moldaram virtualmente todas as etapas dos processos de pesquisa. Tais preconceitos delimitaram a seleção do que poderia ser considerado como problemas científicos e técnicos interessantes ou importantes e aquilo que contava como conceitos e hipóteses relevantes, que deveriam ser focados (HARDING, 2007, p. 146).

Na contramão desta prática, a *standpoint theory* propõe desviar os caminhos estabelecidos pelos tradicionais quadros conceituais dominantes e indica redirecionar as análises para questões reais concernentes aos grupos subalternizados. O princípio central da teoria presume que todo saber se desenvolve a partir de uma localização histórica e social, cujo papel é fundamental no desenvolvimento do conhecimento e, além disso, não pretende determinar verdades universais por si mesmas, mas sim, apreender-se de perspectivas que se desenvolvem a partir da disposição de diferentes prismas.

Assim, é importante destacar que não existe um abandono da objetividade enquanto método de pesquisa, as teóricas feministas perspectivistas desenvolveram uma reconstrução da relação entre objetividade e subjetividade que, ao contrário do que antes era compreendida como uma separação total, passa a ser concebida como um critério agente e crítico desta. Por consequência, ao invés de abstrair o sujeito epistêmico da produção do conhecimento, há o reconhecimento da localização sociopolítica que ocupa, bem como as experiências que o constituíram, muitas vezes subordinadas a partir do local que está situado.

Isso porque compreende-se que o prisma posicionado reflete diretamente na forma que o (a) pesquisador (a) irá desenvolver sua investigação para traduzir o que deseja. Acerca disso, Tracy Bowell discorre que (2011, p. 3)

A situação social de um agente epistêmico - seu gênero, classe, raça, etnia, sexualidade e capacidades físicas - desempenha um papel na formação do que sabemos e na limitação do que somos capazes de saber. Eles podem afetar o que somos capazes de saber e o que temos permissão para saber. A influência da localização social no conteúdo e na capacidade epistêmica pode ser sentida ao longo de nossas práticas epistêmicas, moldando não apenas a maneira como entendemos o mundo, mas também a maneira como ele nos é apresentado por meio da experiência.

Tal qual o marxismo considera o ponto de vista do proletariado em face do opositor hegemônico, as experiências provenientes das desigualdades e hierarquizações de gênero, raça, classe e sexualidade, por exemplo, posicionam estes indivíduos em localizações de vantagem epistêmica. Isso decorre do fato de que experienciam de maneira simultânea, uma posição de resistência e dominação e, desta forma, dispõe de uma perspectiva mais ampla do funcionamento das relações de opressão (SARDENBERG, 2002). É a partir do ponto de vista de grupos oprimidos¹⁶ no âmbito político, econômico e social que se torna possível compreender outras maneiras de experienciar o mundo e a forma como isso afeta estes indivíduos situados.

Entretanto, apesar da teoria propor contemplar os diversos recortes possíveis de opressão, elege, enquanto objeto principal de análise, uma determinada perspectiva, cuja importância, em detrimento das demais, permitirá confrontar com uma ciência androcêntrica e sexista, que é a marcada pelo gênero. Neste sentido, considera que a desigualdade de gênero é o que compreende a ordem da sociedade e, por conseguinte, a condição de opressão vivenciada pelas mulheres permitirá que se tenha uma visão mais direta acerca das relações de dominação e violência. Os pontos de vista apenas emergem quando as mulheres passam a

¹⁶ Quanto à definição de opressão, comungo da explicação de bell hooks que compreende a impossibilidade de ter opções, “esse é o primeiro ponto de contato entre o oprimido e o opressor” (HOOKS, 2019, p. 32).

desenvolver uma consciência política questionadora das estruturas de subordinação que as posicionam. Estas das quais são demonstradas através de construções objetivas que por ora se mascaram, por ora se desvelam dentro das dinâmicas cotidianas (SANTOS, 2017).

Sob uma abordagem genealógica, os recursos teóricos que orientaram o desenvolvimento da *standpoint theory* e o privilégio epistêmico do(a) sujeito (a) oprimido(a) mencionado acima foi ancorado primeiramente na lógica entre senhor/escravo elaborada por Hegel, para somente depois ser reformulada pelo marxismo. Assim, a teoria hegeliana parte do pressuposto que o sujeito situado pode,

O escravo oprimido pode eventualmente alcançar um estado de liberdade de consciência como resultado de sua autoconsciência por meio de lutas contra o mestre e por meio do envolvimento através do trabalho físico em projetos que lhe permitem moldar o mundo — para afetá-lo de várias maneiras (BOWEL, 2021, p. 2).

Desta forma, portanto, foi o embate inserido na relação entre senhor/escravo que originou a compreensão do privilégio epistêmico situado no escravo, não no senhor. Posteriormente, especificamente a partir da teoria de Lukács, a teoria marxista insere nesta mesma relação a lógica do proletariado que, por ser o produtor do capital, detém de uma apreensão superior às relações das quais é submetido e, assim, abriam-se para a classe operária as possibilidades de transformações sociais.

Quanto à metodologia utilizada pelas teóricas perspectivistas, a preocupação central residia em preservar o caráter de confiabilidade das pesquisas acadêmicas, concomitante ao desenvolvimento de respostas que abracem as questões significativas aos grupos subalternizados. Para estas, mais importante para os resultados do que as técnicas para coleta e obtenção de informações e dados está a “forma e o propósito do projeto de pesquisa” (HARDING, 2019, p. 143).

Com a finalidade de materializar a maximização da objetividade, a autora nos propõe alguns métodos práticos que são expostos de maneira a atingir o que também é chamado de objetividade forte sob a perspectiva das epistemologias feministas. Partindo da necessidade de iniciar as pesquisas projetando-as para além dos quadros teóricos dominantes das disciplinas, bem como redirecionar a lógica que orienta a formulação de questionamentos, estes dos quais passem a considerar problemas e perspectivas concernentes à sujeitos situados em localização de opressão.

Ao se referir a um grupo dominante, Harding está discorrendo acerca da posição pela qual se consegue atingir aceitação ampla enquanto verdade universalizada, mas para além

disso, considera o peso político que também coloca a produção da ciência subordinada aos interesses destes mesmos grupos, o Estado e as grandes corporações, por exemplo. Isto significa dizer que as instituições responsáveis pelos financiamentos e desenvolvimentos de pesquisa também estão atreladas a interesses políticos que entram em consonância com os discursos hegemônicos, a fim de realizar a manutenção do local de dominação. As regras do jogo da ciência não são somente cognitivas, mas também, políticas. Ainda assim, alerta para a impossibilidade de se manter totalmente fora destes quadros para desenvolver as pesquisas. Donna Haraway já demonstrava a incapacidade de não estar em lugar algum, de abster-se do seu local sócio-histórico, utilizando a metáfora de “deus” (1995). O que Harding recomenda, portanto, é estabelecer uma distância que possibilite enxergar meios alternativos e, conseqüentemente, também permita reconstruir a lógica do questionamento que orienta os propósitos fundamentais das investigações. Uma forma de estabelecer essa distância é materializada por meio da efetivação do que ela chama de “ações afirmativas”, de maneira que os espaços e as investigações acadêmicas possibilitem abraçar as experiências marcadas pela diversidade.

Desta forma, as contribuições de Sandra Harding remontam à inversão da lógica de prioridades científicas, isto é, ao contrário de valorizar os critérios ocidentais, brancos e masculinos e interesses políticos e econômicos, "priorizam-se nos métodos empregados os valores e interesses daqueles para os quais a pesquisa em ciência e tecnologia é dirigida" (AYMORE, 2017, p. 179). Além disso, as contribuições de Harding foram fundamentais para articular uma epistemologia e uma metodologia feminista que entraram em contestação com a fundamentação masculina de pensar a ciência enquanto objetividade afastada da posição do sujeito pesquisador.

Apesar destas questões, algumas críticas contundentes foram direcionadas à ideia de privilégio epistêmico proposto pela *standpoint theory*. Embora a autora afirme pensar a questão da raça e classe, se limita a compreender a metodologia feminista exclusivamente pelo olhar do gênero. Por tal motivo, contrapontos e discussões provenientes de epistemologias feministas pós-modernas e do feminismo negro, destacam a permanência do caráter universalizante do gênero e a sua conseqüente forma binária.

Assim, existem certas limitações e cuidados que acredito importante de serem considerados para pensarmos uma prática científica que possa atentar-se tanto aos perigos de reproduzirmos versões totalizantes da ciência, quanto dos riscos de abraçarmos a várias formas de relativismos, “o relativismo e a totalização são, ambos, truques de deus,

prometendo igualmente e inteiramente, visão de toda parte e de lugar nenhum” (HARAWAY, 1995, p. 24).

3.3. Instabilidades objetivas, limites e críticas necessárias

O contato inicial com a *standpoint theory* proposto por Sandra Harding e a defesa do privilégio epistêmico por sujeitos situados em locais de opressão surtiu como uma luz inovadora que possibilitaria abraçar as visões de nós, mulheres, de tal maneira que nossa produção de conhecimento pudesse, finalmente, libertar-se da lógica sufocante que orienta a epistemologia e objetividade hegemônica. De fato o foi. Tanto em Harding quanto Haraway, o movimento de contestação às sólidas tradições da Ciência Moderna permitiu vislumbrar uma proposta de ciência que, simultaneamente, partem de questões das mulheres e reforçam a necessidade de um comprometimento sério com o método científico.

A pesquisa científica em si, mas principalmente as que ousam questionar e inverter lógicas tradicionalmente utilizadas, passa por criteriosas averiguações de fundamentação teórica, por vezes as críticas das quais são submetidas partem no intuito de contribuir com a discussão, outras apenas para negar sua credibilidade científica¹⁷.

Para as teorias feministas, contudo, as controvérsias são uma constante e uma forma de enriquecer o debate proposto, ao considerarmos que não é possível conceber apenas uma forma homogênea e universal de ser mulher. É ingênuo acreditar que um dia conseguiremos alcançar uma única e perfeita teoria feminista que ofereça um conjunto de pressupostos conceituais e metodológicos que possa ser adotado por todas as correntes, a instabilidade teórica das feministas está em consonância com a instabilidade das experiências humanas (HARDING, 1993).

Neste sentido, ao tratar da *standpoint theory*, inicio pontuando algumas reflexões que considero estruturais no processo de formulação da teoria. O primeiro ponto reside na crítica em uma concepção de universalidade essencialista das experiências femininas. Considerando que a lógica do que é privilégio epistêmico é dada preferencialmente pela materialização das experiências da mulher, oriundas principalmente da hierarquização de gênero, as feministas pós-modernas constatarem o risco de que outros hiatos, como questões de raça, sexualidade e

¹⁷ Uma exemplificação deste caso é explicado por Patrícia Hill Collins, quando grupos excessivamente homogêneos determinam os critérios de validação do conhecimento e esta comunidade já preconiza a inferioridade feminista negra, pode ocorrer o suprimento e invalidação das pesquisas oriundas destes locais, da mesma forma que são encaradas como anomalias quando inseridas na tradicional produção de saberes.

classe, por exemplo, podem ser ocluídos dentro das percepções, reproduzindo um ponto de vista homogêneo (SARDENBERG, 2002).

Desta maneira, não é possível para as mulheres deter acesso privilegiado da compreensão de sua opressão, quando esta é vivenciada de maneiras diferentes considerando os diversos recortes de opressão já mencionados. Nestes moldes, as tensões, multiplicidades, contradições e as irreduzíveis diferenças são desconsiderados, em detrimento de uma ideia uniforme e unívoca de feminino (SANTOS, 2017).

Além disso, da mesma forma que o conceito de experiência não é suficientemente problematizado, a própria noção de sujeito cognoscente fica implícito na disposição do privilégio epistêmico, ou seja, não fica esclarecido quais são as mulheres que detém o privilégio epistêmico: mulheres feministas? Quais feministas? Quais mulheres? (ANDERSON, 2020).

A crítica desenvolvida pelo feminismo pós-moderno acerca das teorias do ponto de vista em consonância com a proliferação de perspectivas situadas de mulheres subalternizadas resultou no abandono da busca por um único ponto de vista privilegiado pela maior parte dos teóricos desta linha.¹⁸ A utilização de um privilégio epistêmico geral, passou a ser concebido enquanto reivindicações de vantagens práticas. Desta forma, as múltiplas formas de opressão que podem perpassar as experiências de mulheres passam a ser concebidas enquanto uma complexa rede que contempla pontos de vistas plurais de grupos situados à margem (ANDERSON, 2020).

A reavaliação da teoria foi resultado do consenso entre as epistemólogas feministas que preconizaram dois aspectos principais: o primeiro deles considera a rejeição de possíveis concepções essencialistas, que presume que cada grupo que constitui um ponto de vista específico possui uma natureza fixa, demonstram características iguais, ou que deveriam pensar da mesma forma. Em seguida está a recusa em conferir o privilégio epistêmico a qualquer perspectiva em particular (ANDERSON, 2020).

Outro fator que requer precaução metodológica reside na possibilidade de romantização e/ou apropriação da visão dos sujeitos subalternizados e, a partir disso, alegar ver desde sua posição. Neste sentido, Haraway é enfática em nos alertar que

¹⁸ Sandra Harding, no artigo *Stronger Objectivity for Sciences from Below* [Objetividade mais forte para ciências a partir de baixo], originado de seu livro *Objectivity and Diversity: Another Logic of Scientific Research* [Objetividade e Diversidade: outra lógica para a pesquisa científica], também aponta o posterior abandono do uso do termo “privilégio epistêmico” a fim de evitar a concepção que os relatos provenientes de sujeitos situados fossem dados como incorrigíveis (2019, p. 154).

Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento (HARAWAY, 1995, p. 23).

Partir do ponto de vista subalterno não é, portanto, assumir que o conhecimento produzido oriundo deste é sempre exato e incorrigível, ou até mesmo que qualquer discurso seja validado. A alternativa às possibilidades de relativização criticado pela autora se encontra justamente na localização do saber, na criticidade e no reconhecimento de sua parcialidade. O motivo pelo qual as teorias do ponto de vista preconizam o enfoque nas perspectivas de sujeitos situados é justificado por vivenciarem diretamente as dinâmicas de exclusão, silenciamento e negação. É mais plausível para aqueles(as) cuja experiência é permeada por estas violências estabelecerem críticas, produzirem significados de fatos, ações ou regras sociais, tanto do estado presente quanto do passado da sociedade, em detrimento dos que se situam fora desta estrutura (COSTA, 2017).

A teoria, portanto, não se coloca enquanto portadora de uma única verdade, ou se propõe como forma exclusiva de produção do verdadeiro conhecimento, obviamente, seria uma nova reprodução de opressão. O conhecimento situado, por se reconhecer historicamente e socialmente, é parcial e não está isento de críticas, de debates e da hermenêutica (COSTA, 2017).

Contudo, “não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes” (Haraway, 1985, p. 24). Partir das perspectivas de sujeitos situados presume, portanto, entrar nas questões relativas à política de identidades: afinal, quem são os sujeitos situados e de que forma as teorias do ponto de vista preconizam a associação com estas.

3.4. Política de identidades e pontos de vista: quais sujeitos estão situados?

As propostas de ciências sucessoras, ou como Alcoff chama de projeto de decolonização epistemológica e a mudança da geografia da razão, estão intimamente relacionadas com a importância epistêmica da identidade social, resultados de atos de criação linguística, portanto, não naturais, tampouco essencialistas. A autora explica que é a partir da lógica da colonialidade junto à modernidade que estas identidades são criadas e reificadas, da

mesma forma que realizam seu silenciamento, desautorização e utilizam como meio de administrar povos e determinar as hierarquias entre eles (ALCOFF, 2016).

As políticas identitárias estão comumente sob a crítica que a divisão por identidades pode promover uma fragmentação e por consequência um enfraquecimento da organização política, pensada a partir do viés de classe social, dos sujeitos situados em locais de opressão. Ocorre que, somente a concepção de classe, preconizada pela teoria marxista, já não é mais suficiente para abranger todas especificidades que marcam as experiências de indivíduos situados. Mesmo as demandas que partem da questão de classe contemplam diferentes pontos de vista, como os trabalhadores do campo e os trabalhadores urbanos, por exemplo. Desta forma

Esses grupos podem formar uma causa comum, mas o projeto de fazer algo em comum demandará um claro entendimento de como identidades intercedem nas relações de classe para produzir hierarquias específicas no local de trabalho e nos conflitos de interesse (ALCOFF, 2016, p. 138).

Um outro aspecto mencionado por esta autora é que a lógica da identidade pode ser reducionista, ou seja, acabar por essencializar a visão política de um indivíduo, através de uma pré-concepção formada pela identidade da qual seja situado. A possibilidade de essencialismo de fato existe, mas esta concepção está mais associada com a forma que se interpreta a identidade do que a teoria por si (ALCOFF, 2016).

A crítica também reside na possibilidade de reificar a “vitimização” entre estes grupos, este do qual, o cientista político José Cruz¹⁹ mostra justamente o contrário. Por meio das políticas identitárias verificou-se através de estudos de caso direcionados, o encorajamento destes indivíduos frente à passividade, movimento proveniente da rearticulação da sua autoimagem juntamente com o direito ao acesso às posições de decisão e responsabilidade dentro de organizações sociais. Além disso, ao invés de promover um separatismo, foi fundamental para a inserção e engajamento destes indivíduos tanto na participação eleitoral quanto na representação política.

O confronto à norma epistêmica não reside em simplesmente falar de identidades, mas demonstrar que a utilização destas identidades funciona para que instituições privilegiem determinados grupos para oprimir outros, logo não é uma política reducionista. Está atenta ao fato de que “as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula essas identidades” (RIBEIRO, 2019, p. 31).

¹⁹ O estudo mencionado refere-se a análise do Comitê Porto-Riquenho de Ação Política em uma cidade dos Estados Unidos. Este comitê optou pela mobilização étnica como forma de atingir representação e negociar benefícios, tanto individuais quanto coletivos.

Quanto à compreensão do que constitui o conceito de identidade, recorro ao sociólogo jamaicano Stuart Hall, cuja explicação reside na estreita relação de codependência entre identidade e diferença. Em outras palavras, isso significa dizer que, na medida em que me identifico ocupando um local, automaticamente estou me situando em oposição ao outro, “a mesmidade (ou a identidade) porta sempre o traço da outridade (a diferença)” (DA SILVA, 2000, p. 77), afirmar uma coisa, negar outra.

É importante destacar que estes locais de identificação e diferenciação somente apresentam relevância quando associadas com uma cadeia de significações que as atribuem sentido e estes significados são construídos socialmente e culturalmente. Entretanto, dizer que são construídos, não significa que sejam determinadas e imutáveis uma vez que concebidas pelos sistemas discursivos e simbólicos que os atribuem definição. Sendo a linguagem, de um modo geral, o sistema de significação e também uma estrutura instável, logo, identidade e diferença também o serão dependendo do conjunto referencial ao qual está inserido (DA SILVA, 2000).

Para Alcoff, a definição de identidade está associada com experiências localizadas e posicionadas por indivíduos e coletivos que atribuem significado às suas experiências e narrativas. Ademais, compreende que

Identities não são vividas como um conjunto discreto e estável de interesses com determinadas implicações políticas, mas como uma localização na qual a pessoa possui vínculos com eventos ou comunidades históricos e a partir dos quais se engaja em um processo de construção de sentidos e, portanto, de onde obtém uma janela para o mundo (2016, p. 140).

Desta forma, a identidade social é importante para o julgamento epistemológico não porque a identidade determina julgamento, mas sim, porque pode permitir acessar a percepções dos fatos que podem ser considerados pertinentes para a reivindicação de outras formas de conhecimento. O mesmo evento pode ser lido de maneiras completamente diferentes de acordo com o local do observador. A identidade funciona como um indicativo das diferenças no acesso às percepções e a diferença epistêmica reside no que se pode ver partindo de um ponto de vista vantajoso.

Tanto identidade quanto diferença estão longe de estar numa relação simétrica e harmoniosa. Enquanto produtos simbólicos e discursivos das relações sociais, se situam em estreitos vínculos com relações de poder, onde não são meramente definidas, mas sim, impostas e disputadas. Isso porque a afirmação da identidade e a definição da diferença resultam sempre na lógica de inclusão e exclusão. Acabam por delimitar fronteiras que

separam quem está incluído e quem não está, determinam quem faz parte de “nós” e situam em exclusão “eles”, classificam a quem é permitido falar e quem é silenciado. O uso dos pronomes, neste caso, pode ser considerado como “evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder” (Hall, 82).

Este sistema classificatório é responsável pelos processos hierarquizantes, dos quais sempre se constituem a partir do ponto de vista da identidade. Ter o privilégio de estabelecer classificações também permite atribuir valores aos grupos classificados. A forma mais expressiva de estabelecer estas classificações se estrutura em torno das oposições binárias, a lógica de polarizar duas classes, tendo uma enquanto positiva e a outra, negativa. Determinar uma identidade específica enquanto a norma e a normalidade é uma das formas que a hierarquização das identidades e diferenças se manifesta. O ato de normalizar está associado com estabelecer parâmetros de validação e avaliação a partir da identidade que se tem como normal, “a identidade normal é natural, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais”.

Quando consideramos que os conceitos dos quais operam as Ciências Humanas são identitários e excludentes, parte-se de um estabelecimento da identidade universal ocupada pelo homem, que se refere especificamente ao branco, heterossexual. Consequentemente, todos aqueles cujas identidades não são contempladas por estas posições, estão situadas na polaridade oposta, a diferença da normalidade. O resultado já previsto é a hierarquização dos saberes, onde as práticas e saberes dos indivíduos em localização hegemônica são mais valorizados em detrimento dos sujeitos em situação oposta (RAGO, 1998).

Agora que compreendemos o conceito e as formas das quais as identidades operam dentro de aspectos histórico e sociais, distribuídas assimetricamente em posições polarizadas e hierarquizadas por meio de relações de poder, é preciso refletir de que maneiras os pontos de vista desses sujeitos marcados pela diferença são considerados para se produzir uma ciência comprometida em refletir as perspectivas destes grupos.

Donna Haraway já alerta para o perigo de políticas e epistemologias de identidade inocentes como recurso para ver melhor a partir do ponto de vista de indivíduos subjugados, “a visão requer instrumentos de visão; uma ótica é uma política de posicionamentos. Instrumentos de visão mediam pontos de vista; não há visão imediata desde os pontos de vista do subjugado” (1995, p. 27). Quando pretendemos partir de uma localização e análise crítica, assumir ser uma coisa ou ser outra e assim sucessivamente, se situa enquanto um ponto problemático.

É necessário compreender que a visão privilegiada no conhecimento científico proveniente das epistemologias feministas reside na divisão, não o ser. A divisão neste contexto deve ser entendida como as multiplicidades heterogêneas que constituem um indivíduo, simultaneamente importantes e necessárias, não adicionadas e acumuladas numa lista em que se adicionam identidades oprimidas. Neste sentido, Haraway explica que

A topografia da subjetividade é multidimensional bem como, portanto, a visão. O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se ao outro, de ver junto sem pretender ser outro (1995, p. 26)

Desta forma, a identidade, tal qual a auto-identidade por si mesmas, não são, sozinhas e independentes, agentes produtores da ciência feminista. Ademais, a lógica da auto-identidade é um sistema ineficiente de visão. Posicionamento crítico sim, a objetividade reside neste aspecto. Posicionar-se, portanto, também envolve assumir a responsabilidade pelas nossas práticas capacitadoras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiadora encarnada²⁰, que se faz carne e que se faz corpo. Que não se abstém dos diversos locais que sua matéria ocupa e considera que estes locais interferem na sua forma de experienciar o mundo e, portanto, na forma como o enxerga. Quando se situa no contexto espaço-tempo do qual pertence, compreende que seu objeto de estudo também está situado e que suas vivências também podem ser atravessadas por estes aspectos. E por tratar sobre objeto de estudo, se reescrevemos a história de homens e mulheres nas vicissitudes do tempo, por que não falarmos de uma relação entre sujeito e sujeito como destaca hooks “é um discurso humanizador, que confronta e resiste à dominação” (1989, p. 131 apud COLLINS, 2019. p. 157). Ou como também sugere Maria Odila da Silva Dias, sobre a urgência de percorrer outros tipos de conhecimento em que sujeito e objeto estejam diluídos um no outro (1992).

A história da historiografia nos mostra que um longo caminho foi percorrido para que as mulheres pudessem ser consideradas partícipes das histórias que mereciam ser contadas, mais ainda sobre suas contribuições dentro de um rígido quadro da intelectualidade historiográfica. Os debates contemporâneos acerca da narrativa abrem espaço para projetarmos um diálogo mais flexível com outras formas de escrita da história. O historiador mencionado, Ivan Jablonka, é um exemplo claro deste movimento de assumir seus aspectos subjetivos mesmo inserido na pesquisa histórica.

Contudo, ainda considero insuficientes os movimentos de insurgência metodológica dentro da narrativa e, é por tal motivo, que permaneço crendo na importância de flexionar as contribuições das epistemologias feministas com a teoria e metodologia da história. Tal qual Scott já nos alertava da importância de utilizar da desestabilização da inserção da categoria gênero na história para estremecer as bases epistemológicas da historiografia (OLIVEIRA, 2017).

Quando iniciei a busca por referenciais bibliográficos para esta pesquisa, encontrei em Sandra Harding e Donna Haraway subsídios teóricos que me permitiram compreender formas de produção de conhecimento científico mais democráticas e inclusivas. É preciso reconhecer, contudo, sua localização geográfica estadunidense, cujo cenário se diversifica em sua quase totalidade quando comparado à América Latina. Por estar em diálogo com esse local é que trago as contribuições de Joan Scott em relação a conjuntura das mulheres

²⁰ Referência ao artigo de Suely Aldir Messeder, intitulado “A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico” (2016).

historiadoras e a incipiente história das mulheres na academia na década 1970, também nos Estados Unidos.

Considero, portanto, imprescindível situar a geografia epistêmica, quando há nítida hierarquização da produção de conhecimento científico, cuja validação é legítima, universalmente aceita e oriunda especificamente de países europeus e norte americanos. Essa percepção também é traduzida por meio da sólida construção de superioridade étnica e cognitiva do colonizador em relação ao colonizado (MESSEDER, 2016).

Na medida em que os textos iam conversando com outras bibliografias e epistemólogas, percebi consideráveis trabalhos de intelectuais mulheres negras, mestiças e latino americanas, como Glória Anzaldúa, Lélia Gonzalez, Suely Aldir Messeder, entre outras. Algumas destas que, na mesma medida em que se apropriam de certos pressupostos teóricos de Donna Haraway e Sandra Harding, conseguem desenvolver conjunturas mais próximas da realidade colonizada dos países do Sul Global. Neste sentido, é importante ressaltar a importância de olharmos para estas referências enquanto produto de uma ciência que, ultrapassando o cânone, busca trazer a perspectiva de sujeitos e sujeitas antes situados à margem e a invisibilização epistêmica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O tecelão dos tempos: o historiador como artesão das temporalidades. **Tecendo histórias: espaço, política e identidade**. Salvador: EDUFBA, 2019.

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 129-143, 2016.

ANDERSON, Elizabeth. **Feminist Epistemology and Philosophy of Science**. The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2020. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/feminism-epistemology/>>. Acesso em: 30 jun. 2022.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 42, p. 161-184, 2021.

AYMORE, Débora. Objetividade forte como alternativa à ciência livre de valores. **Scientiae Studia**, p. 175-186, 2017.

BARROS, José D.'Assunção. Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista. **TEL Tempo, Espaço e Linguagem**, p. 73-102, 2010.

BARROS, José D.'Assunção. Marc Bloch e Lucien Febvre: revisitando a primeira geração dos Annales: Marc Bloch and Lucien Febvre: revisiting the first generation of the Annales. **Caminhos da História**, v. 17, n. 1 e 2, p. 197-216, 2012.

BURKE, Peter. A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, p. 327-348, 1992.

BOWEL, T. Feminist Standpoint Theory. In: **Internet Encyclopedia of Philosophy**. A Peer-Reviewed Academic Resource. Disponível em: <https://iep.utm.edu/fem-stan/>. Acesso: 09 de setembro de 2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliana. Gloria Anzaldúa, a consciência mestiça e o "feminismo da diferença". **Revista Estudos Feministas**, v. 13, p. 691-703, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DA SILVA, Tomaz Tadeu et al. A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 73-102, 2000.

DA SILVA, Ricardo Oliveira. Historiografia, Filosofia e Epistemologia: Notas para uma Reflexão sobre o Conhecimento Histórico. **Revista de História da UEG**, v. 3, n. 1, p. 72-92, 2014.

DA SILVA SILVA, Vinícius Rodrigues Costa; DOS SANTOS ZEFERINO, Hilário Mariano; DAS CHAGAS, Ana Carolina Correia Santos. O problema de falar por outras pessoas. **Abatirá-revista de ciências humanas e linguagens**, v. 1, n. 1, p. 409-438, 2020.

DASTON, L. 2017. Historicidade e objetividade. Tradução: Derley Menezes Alves e Francine Iegelski (org. Tiago Santos Almeida). São Paulo, LiberArs, 143 p.

DE OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 11, n. 28, 2018.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. P. 39-53.

FASSIN, Didier; KOURY, Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro. As economias morais revisitadas. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 18, n. 53, p. 27-54, 2019.

KERN, Daniela. Hayden White e o pluralismo histórico. **História (São Paulo)**, v. 29, p. 278-288, 2010.

KUHNEN, Tânia Aparecida. FRICKER, Miranda. Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing. New York: Oxford University Press, 2007. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 20, n. 33, p. 627-639, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. **História em revista**. Pelotas/RS: Universidade de Pelotas, v. 6, 2000.

GÓES, Juliana. Ciência sucessora e a(s) epistemologia(s): saberes localizados. **Revista Estudos Feministas**, v.27, n.1, p. 1-10, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, Sandra; PEREIRA, VERA. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos feministas**, p. 7-32, 1993.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 1, n. 1, 2007.

HARDING, Sandra. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo de Sandra Harding. **Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência**, n. 5, 2019.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

JABLONKA, Ivan. **La historia es una literatura contemporánea**: manifesto por la ciencias sociales. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

JABLONKA, Ivan. **Homens Justos**: Do Patriarcado as novas masculinidades. 1. ed. Todavia, 2021.

JABLONKA, Ivan. Quando o historiador é pai e filho. **Revista Topoi (Rio J.), Rio de Janeiro**, v. 21, n. 44, p. 532-552, 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MAIA, Carlos Alvarez. A crise da história e a onda pós-estruturalista. **Revista Maracanan**, n. 18, p. 50-65, 2018.

MESSEDER, Suely Aldir. A pesquisadora encarnada: uma trajetória decolonial na construção do saber científico blasfêmico. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento Feminista: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MORENO, Gleice; SILVA, Márcia. O feminismo nas Ciências Sociais: discussões sobre as proposições de Sandra Harding. **Temática**, n. 02, p. 146-157, 2021.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. **Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres**, p. 25-37, 1998.

RANKE, Leopold Von. O Conceito de História Universal. In: MARTINS, Estevão de Rezende. **A História Pensada: Teoria e Método na historiografia europeia do século XIX**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015. P. 202-211.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

SANTOS, Marina França. A representação de mulheres nos espaços de poder e a standpoint theory: contribuições de uma epistemologia feminista. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 62, n. 3, p. 904-933, 2017.

SARDENBERG, Cecília M.B. Da crítica feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. In: COSTA, A.A. e SARDENBERG, C.M.B. (orgs.) **Feminismo, Ciência e Tecnologia**. Salvador, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia, vol.8 Coleção Bahianas, 2002.

SCOTT, Joan W. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.) **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

SOIHET, Rachel. História, Mulheres, Gênero: Contribuições para um Debate. In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. P. 95 - 114.

STONE, Lawrence. **O ressurgimento da narrativa**: reflexões sobre uma nova velha história. In: Revista de História. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991.

TOZZI, Verónica. La historia como promesa incumplida. Hayden White, heurística y realismo figural. **Diánoia**, v. 51, n. 57, p. 103-130, 2006.

TOZZI, Verónica. Hayden White y una filosofía de la historia literariamente informada. **Ideas y valores**, v. 58, n. 140, p. 73-98, 2009.

WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1994.

WHITE, Hayden. A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogerio. **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

WHITE, Hayden. Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ZÍCARI, Julián Norberto. Narrativa literaria e historia, algunos puntos de debate: la concepción metahistórica de Hayden White frente a las críticas de Chris Lorenz. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 8, n. 18, 2015.